

GESTÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR:

CONSTRUINDO E DEBATENDO

A EDUCAÇÃO PÚBLICA

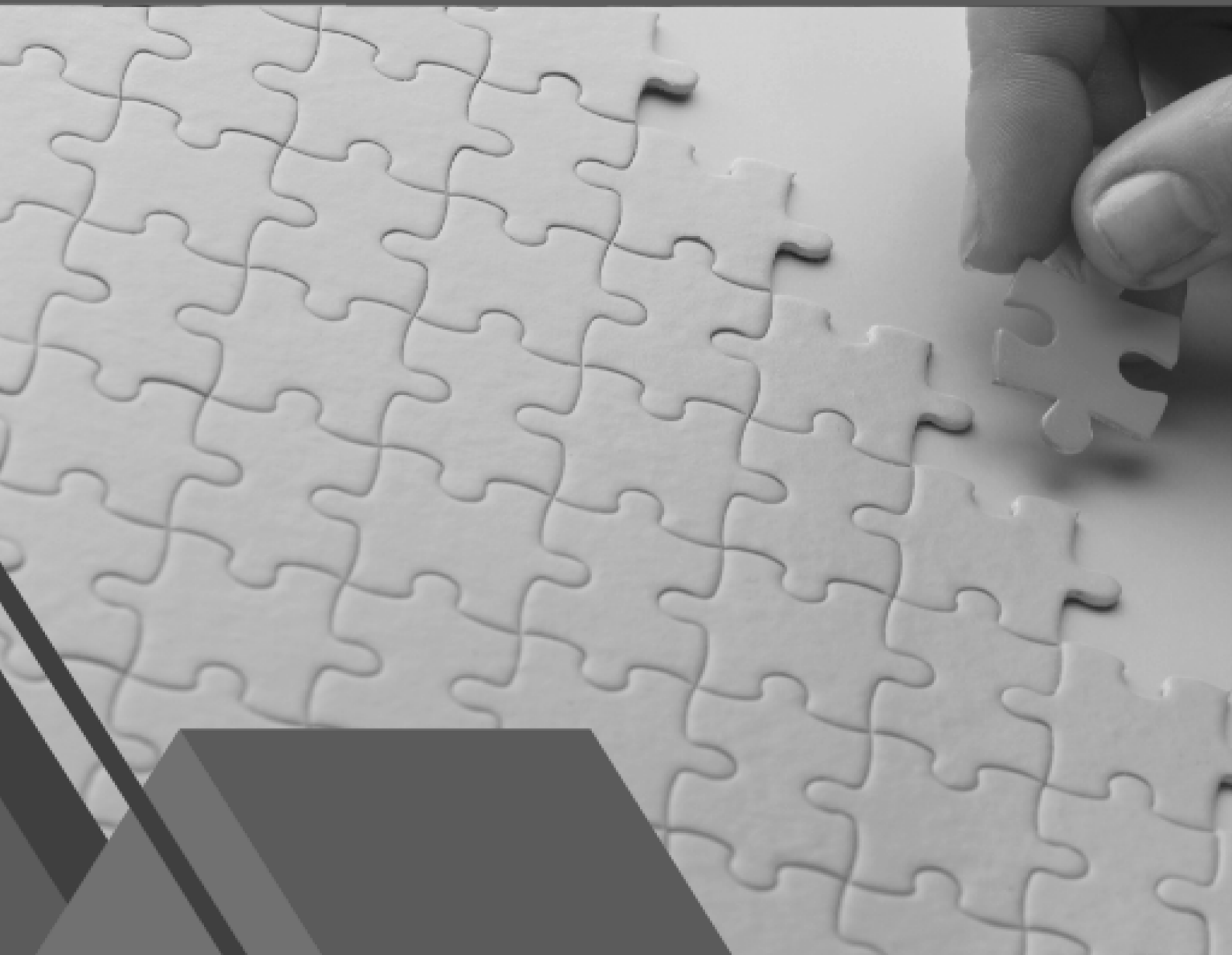


Magali Inês Pessini
Luis Carlos Ribeiro Alves
Rodrigo de Freitas Faqueri
Organização

GESTÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR:

CONSTRUINDO E DEBATENDO

A EDUCAÇÃO PÚBLICA



Magali Inês Pessini
Luis Carlos Ribeiro Alves
Rodrigo de Freitas Faqueri
Organização

Editor Chefe

Ivanio Folmer

Bibliotecária

Tábata Alves da Silva

Revisora Técnica

Gabriella Eldereti Machado

Diagramação e Projeto Gráfico

Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa

www.canva.com

Revisão

Organizadores e Autores(as)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Profa. Dra. Alicia Eugenia Olmos - Universidad Católica de Córdoba

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - Instituto Federal Farroupilha

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - Universidade Cidade de São Paulo

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - Faculdade Sesi-Sp de Educação

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - Universidade Franciscana

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Roberto Araújo Silva - Centro Universitário Lusíada

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - Universidade Federal do Oeste da Bahia

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - Universidade Central “Marta Abreu” de Las Villas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gestão e educação escolar [livro eletrônico] :
construindo e debatendo a educação pública /
organização Magali Inês Pessini, Luis Carlos
Ribeiro Alves, Rodrigo de Freitas Faqueri. --
Santa Maria, RS : Arco Editores, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5417-210-3

1. Educação escolar - Brasil 2. Educação pública -
Brasil 3. Gestão escolar I. Pessini, Magali Inês.
II. Alves, Luis Carlos Ribeiro. III. Faqueri,
Rodrigo de Freitas.

23-187293

CDD-371.00981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Educação escolar 371.00981

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



10.48209/978-65-5417-210-3

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



ARCO EDITORES

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

APRESENTAÇÃO

A educação como fenômeno social envolve ao mesmo tempo um processo de transmissão de conhecimentos acumulados ao longo de toda a história da humanidade, ou um determinado recorte destes, bem como um processo contínuo de ação reflexão sobre os sujeitos que educam e os sujeitos a serem educados.

O processo educativo envolve uma complexidade de decisões cotidianas, que muitas vezes transcorrem até de maneira inconsciente, ou subconsciente, dado o conjunto de situações pedagógicas que continuamente nos obrigam a tomá-las com rapidez. Ora, a tomada de decisão no contexto de qualquer processo tem o desafio de manter-se coerente a seus propósitos. E é justamente nessa perspectiva que o processo educativo em todas as suas dimensões, também se faz como um processo de gestão das vivências e experiências dos sujeitos, que serão oportunas para o objetivo finalístico da educação “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Art.205 da Constituição Federal).

Dessa forma, pensar em gestão é pensar em princípios norteadores relacionados ao planejamento, organização, direção, controle e administração de uma instituição, pensando em sua eficiência e eficácia. Assim, quando se fala de gestão educacional, pensa-se em modos de operacionalizar ações que concretizem as políticas públicas educacionais existentes e evidencia tais espaços de legitimação, assim como as normas criadas para a Educação Brasileira. Também é pensar no âmbito dos sistemas educacionais e nas diferentes instâncias educacionais de governo: as esferas Federal, Estaduais e Municipais. Dessa maneira, a gestão educacional apresenta as normatizações de leis gestacionais de nossa educação, configurando-se como a esfera macro deste sistema operacional.

Enquanto a gestão educacional se centra no âmbito macro do sistema, a gestão escolar engloba a esfera micro da gestão, focando-se essencialmente na escola em si, processando em sua estrutura os elementos da área pedagógica, administrativa e financeira, articulados com a comunidade escolar. A partir dessa esfera micro e de sua articulação com a comunidade, temos a ideia de gestão democrática prevista na Constituição Federal de 1988 e na LDB 9394/96. A partir desses princípios previstos em nossas bases legais, a gestão escolar encontra-se amparada pelos fundamentos democráticos de direito, nos quais os campos pedagógico, administrativo e financeira passam a ter uma gestão participativa em sua natureza.

Em uma gestão participativa, encontra-se o foco nas pessoas que fazem parte da instituição e a participação efetiva delas nas tomadas de decisões no campo escolar. Visando a colaboração de todos os envolvidos, comunidade interna e externa, esse modelo de gestão apresenta uma descentralização da autoridade, buscando um planejamento e diagnóstico para o futuro da instituição. Tendo quatro etapas (planejamento, liderança, organização e avaliação), a gestão necessita amparar-se nelas para o bom funcionamento da instituição. Atreladas ao conceito de gestão democrática e participativa, essas etapas ganham espaço no ambiente escolar com a efetiva participação da comunidade envolvida nesse processo. Conforme aponta Lück (2009, p.24):

Gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e compromissado com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações).

Alinhado ao pensamento exposto acima, encontra-se o embasamento legal presente nos artigos 205 a 214 da CF/88 que apresentam os princípios da gestão democrática em nosso país. Assim, podemos conceber a ideia de que a

democracia, como forma organizacional e gestacional, insere em sua concepção central a participação do cidadão como elemento intrínseco e fundamental, com caráter dialógico inerente à sua natureza. Pensar em uma gestão democrática no âmbito educacional é associá-la ao estabelecimento de mecanismos institucionais e à organização de ações que desencadeiem processos de participação social da comunidade escolar na formulação das políticas educacionais, na determinação de objetivos e fins da educação, no planejamento e nas tomadas de decisões dos campos pedagógicos, administrativos e financeiros, na definição sobre alocação de recursos e de necessidades de investimentos, na execução de deliberações e no processo de avaliação.

Neste sentido, o objetivo da presente obra consiste em ser um espaço de reforço a esse relevante debate a respeito do processo decisório como pressuposto do fazer educativo e sua gestão, nos seus diferentes eixos de atuação, seja nos espaços escolares formais ou informais, em que os processos de aprendizagem transcorrem a medida que os sujeitos se relacionam e intercambiam conhecimentos e vivências de aprendizagem.

Nessa perspectiva, o capítulo escolhido para fazer a abertura da obra, de autoria de Maria Aparecida Fortunato, cuja temática versa sobre a importância da educação escolar para a construção do cidadão, abordando a perspectiva teórico-prática das vivências escolares como mecanismos de exercício da cidadania em sua completude.

Na sequência, temos o capítulo intitulado *Gestão Escolar e a democratização* de autoria de Ana Cristina de Jesus, Bruna Santos Araújo e Maria Angélica Ferreira de Moura que discute os processos de democratização escolar sob a ótica da atuação do gestor escolar, como o principal sujeito ativo na mobilização de processos político-pedagógicos de caráter democrático em estreita articulação com a comunidade escolar e seus múltiplos sujeitos, na mesma perspectiva do que é preconizado pela nossa Carta Magna em seu artigo 205.

O terceiro capítulo intitulado *Ser docente/estudante de espanhol na contemporaneidade: desafios e possibilidades* de autoria de Fábio Barbosa de Lima que versa sobre os desafios das vivências educacionais na formação de professores no Brasil para o ensino de Língua Espanhola, no seus aspectos voltados para a formação linguística em articulação com as vivências reflexivas e produtivas do processo de formação docente como processo de gestão educativa.

Outra contribuição relevante é de autoria de Rhaíssa de Souto Marconato e Everton Lüdke, intitulado *Tecnologias Críticas em abordagens teórico-experimentais em sala de aula*, seguindo a mesma linha de discussão dos capítulos anteriores, em que são abordadas a aplicação de metodologias ativas na experiência de desenvolvimento de competências investigativa dos estudantes no contexto do ensino médio em uma perspectiva crítica de sua aplicação teórica-prática do desenvolvimento de saberes.

Dando seguimento a perspectiva da gestão das experiências de aprendizagem no processo de formação dos sujeitos educativos para o mercado de trabalho e para o pleno exercício da cidadania o artigo *A importância da educação financeira no ensino superior: percepção dos estudantes*, de autoria de Francisco Jardel do Nascimento Soares e Luis Carlos Ribeiro Alves, faz uma abordagem sobre a percepção de estudantes de ensino superior a respeito da relevância da aplicação de conteúdos e vivências educativas voltadas para o desenvolvimento de uma competência financeira para a aplicação aos aspectos práticos da vivência profissional durante e após o ensino superior. A abordagem explora a percepção dos estudantes de ensino superior sobre a relevância da temática, bem como a pertinência de experiências nesse sentido em diferentes cursos de graduação.

Destacamos ainda, a diversidade institucional dos textos selecionados para a composição da obra, bem como o referencial teórico vasto e diverso abordado pelos autores, ao mesmo tempo em que convergem para o objetivo comum que é a discussão do processo educativo como ferramental teórico prá-

tico sobre o fazer educativo, a promoção de experiências que conduzam para a formação plena dos sujeitos para a inserção nos contextos de atuação do mercado de trabalho e do exercício pleno da cidadania, desde o momento presente dos espaços educativos.

Referências

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

Os Organizadores
Magali Pessini
Luis Carlos Alves
Rodrigo de Freitas Faqueri

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO.....12

Maria Aparecida Fortunato

doi: 10.48209/978-65-5417-210-0

CAPÍTULO 2 - GESTÃO ESCOLAR E A DEMOCRATIZAÇÃO....28

Ana Cristina Sousa de Jesus

Bruna Santos Araújo

Maria Angélica Ferreira de Moura

doi: 10.48209/978-65-5417-210-1

CAPÍTULO 3 - SER DOCENTE/ESTUDANTE DE ESPANHOL NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....40

Fábio Barbosa de Lima

doi: 10.48209/978-65-5417-210-2

CAPÍTULO 4 - TECNOLOGIAS CRÍTICAS EM ABORDAGENS TEÓRICO-EXPERIMENTAIS EM SALA DE AULA.....53

Rhaíssa de Souto Marconato

Everton Lüdke

doi: 10.48209/978-65-5417-210-4

**CAPÍTULO 5 - A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA
NO ENSINO SUPERIOR: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES.....64**

Francisco Jardel do Nascimento Soares

Luis Carlos Ribeiro Alves

doi: 10.48209/978-65-5417-210-5

SOBRE OS ORGANIZADORES.....82

SOBRE OS AUTORES.....83

CAPÍTULO 1

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO

Maria Aparecida Fortunato

Doi: 10.48209/978-65-5417-210-0

Introdução

A política pública e educacional é a base, o alicerce para o bom desenvolvimento do país. A instituição escolar é formadora de cidadão crítico e consciente por meio da aprendizagem e socialização do sujeito. Neste contexto, o presente estudo faz uma pequena análise sobre a escola, incluindo, a gestão pedagógica, projeto pedagógico, a violência nas escolas, que nos tempos contemporâneos tem sido motivo de preocupação para toda a sociedade. A pesquisa teve caráter documental, com buscas realizadas na internet, em sites confiáveis, como, por exemplo, Google Scholar, em periódicos, livros e jornais. A escola pública muito tem contribuído e empenhado para que, crianças, jovens, adolescentes e adultos venham ser alcançados através da inclusão social. Muito trabalho ainda tem que ser feito para se alcançar uma educação de qualidade para todos. Por isso, é necessário investir em políticas públicas em acordo com a instituição escolar, professores, família dos alunos e toda a sociedade em busca de um país mais justo, igualitário, mais humano e de um povo que pratica os princípios básicos norteadores da educação, como, por exemplo, a solidariedade, respeito, amor mútuo, empatia, e, outros.

Desenvolvimento

A etimologia de algumas palavras

A palavra gestão é derivada do latim “gestio, onis”, com o sentido de gerir, de administrar. Segundo (Bueno, 2000), o sinônimo da palavra gestão, é: gerência, administração. De acordo com (Bueno, 2000) Educação significa: instrução, ensino, polidez, cortesia, é uma palavra derivada do latim “educare”, criar, nutrir, fazer crescer. Para alguns estudiosos “instrução” e “educação” são termos distintos entre si. A palavra instrução, é o caminho, é uma parte da educação. O termo educação é o modo, a maneira, a forma de como a criança é preparada, através do caráter, personalidade, o preparo físico, psicológico, intelectual, moral, as boas maneiras, o respeito mútuo, etc. Escolar é um termo relativo à escola e significa escola, estudante, aluno. Escola: esta palavra era usada pelos gregos, na linguagem dos helenos “skholê, ês” significava: estudo, ocupação, lazer, repouso. Na língua latina “schola”, “scholae”, significa: matéria, escola, colégio. Aluno é originário do latim “alumnus”, alimentar, nutrir. Aquele que recebe instrução e/ ou educação. (Cunha,1982). Docente veio do latim, “docens”, “docentis” que significa “ensinar”. Discente, originário do latim “discens”, “discentis” significa: aprender, saber, estudar. Público, vem do latim “publicus” significa povo.

Democratização Escolar

Os avanços da tecnologia, a globalização, as transformações das relações de trabalho, como, por exemplo, a perda dos direitos sociais, são alguns fatores norteadores imbricados nas políticas de gestão e de regulação na educação brasileira. Estas mudanças interferem na organização da escola, nas políticas educacionais, na democratização dos sistemas de ensino e nos papéis sociais,

representados por diversos sujeitos sociais. A escola é o lugar dos saberes, ambiente de aprendizado e a democratização cria um novo cenário na organização, na gestão, na tomada de decisão, na vivência do exercício participativo, por meio das pessoas engajadas e direcionadas para este trabalho, como, por exemplo, a escolha do diretor, a elaboração do projeto pedagógico, a consolidação dos conselhos escolares, e dos grêmios estudantis, etc. A construção da gestão escolar democrática é uma luta política e pedagógica e para que aconteça esta modificação através do processo de democratização cultural e da lógica organizacional da instituição de ensino, é necessário a participação coletiva, todos devem participar, inclusive, os pais, funcionários, estudantes, professores, equipe gestora, comunidade local. É importante que todos os atores envolvidos neste trabalho, devam buscar conhecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as leis que regulamentam os sistemas estaduais e municipais de ensino. Não se pode esquecer que é um desafio, um enfrentamento constante de todos. É necessário ressaltar que, para se ter um bom resultado, é preciso uma boa administração ou gestão escolar, pois, isto interfere nas práticas sociais e educacionais. Para reforçar este enunciado, o professor Fernando Prestes Mota, diz:

Alguém será um bom administrador à medida que planejar cuidadosamente seus passos, que organizar e coordenar racionalmente as atividades de seus subordinados e que souber comandar e controlar tais atividades. (DOURADO, 2006)

Tanto na prática quanto na teoria, a gestão da escola como instituição de ensino ou educativa é diferente da administração de empresas. Quanto à gestão, a escola pública tem uma forma de se organizar e envolve vários fatores, como, por exemplo, fatores políticos, administrativos, tecnológicos, econômicos, culturais, artísticos e pedagógicos, a prática dos saberes, ideias, sonhos, inventar, criar, construir um cenário de expectativas capazes de transformar o

ambiente escolar. Além de preparar o indivíduo para a vida, a escola é considerada uma organização social que tem suas responsabilidades e particularidades responsáveis pela formação humana por intermédio de práticas políticas, sociais e pedagógicas.

A Educação Escolar

Como formadora de sujeitos históricos, o ideal é que a escola faça história através dos saberes e junto com outros saberes (diretores, alunos, professores, e, etc), vai se construindo um mundo de sabedoria. É preciso que haja harmonia, união, cooperação e humildade entre os docentes, discentes, diretores, e de toda a equipe engajada neste trabalho, para que possam trabalhar juntos em prol do bem estar da comunidade escolar e das pessoas agregadas neste ambiente de aprendizagem. E como mediadora do conhecimento, de recursos humanos, materiais, financeiros e pedagógicos, a instituição de ensino deve praticar a metodologia de aprender a aprender com os desafios e as dificuldades do dia a dia. E de acordo com Paulo Freire, é possível realizar esta prática.

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. (DOURADO, 2006)

Mas, para que aconteça todo este aparato escrito anteriormente, é necessário que a participação da escola junto com a comunidade local e todos aqueles que fazem parte do seu cotidiano, inclusive os diferentes segmentos sociais, para que juntos colaborem na construção do projeto educacional.

Nos dias atuais, a escola é vista como uma instituição que prepara ou que ensina técnicas para o mercado de trabalho. Mas, segundo estudiosos, a educação escolar capacita o sujeito para uma competição econômica e para um mer-

cado escasso de empregos, segundo eles, a educação não prepara o indivíduo para a mão-de-obra. Esta realidade pode mudar através dos investimentos, dos recursos públicos na qualificação dos docentes, para que eles possam ter êxito na qualificação dos alunos.

As Políticas Educacionais e as Políticas Públicas

As políticas educacionais e as políticas públicas são paradoxos diferentes, mas, ambas são políticas. Quando as políticas educacionais se tornam políticas públicas, acontece uma interação que tem como finalidade qualificar o processo produtivo, visando as áreas dos negócios comerciais e empresariais e pouca assistência educacional.

As políticas educacionais são mais voltadas para as políticas sociais, são incrementadas nos direitos sociais e tem como objetivo garantir a integridade do cidadão, para que ele tenha uma vida digna por meio da proteção do Estado. E a educação é um destes direitos do indivíduo.

As políticas públicas educacionais têm como finalidade o desenvolvimento, como, por exemplo, combater o analfabetismo, acesso à tecnologia, acesso à educação, entre outros. E ela se desenvolve através de um processo de participação coletiva, por meio do diálogo com a sociedade civil, com a comunidade escolar, entidades do setor privado, e outros. Cujo objetivo principal, é buscar combater as diferenças sociais, através da educação, fazendo com que todos tenham acesso à escola, independentemente da idade, da condição social, raça, etnia, etc.

O Brasil é um dos países que tem uma diferença social exacerbatante. Segundo a (ONU 2023), ele ocupa a 8ª posição no ranking de desigualdade social no mundo. Para que este cenário mude, é necessário a sensibilidade, comprometimento, participação e responsabilidade de todos na luta por uma sociedade melhor, mais justa, mais humana e igualitária. Que todas as pessoas tenham

acesso à moradia, ao lazer, à educação de qualidade, à internet, porque muitos brasileiros por um motivo ou outro ainda não tem acesso e isso dificulta a vida cotidiana e até mesmo na aprendizagem escolar.

Nos últimos tempos, após a pandemia da Covid-19, tem aumentado o número de evasão escolar. De acordo com a Inteligência de Pesquisa e Consultoria (Ipec) 2022, para o UNICEF, cerca de aproximadamente 2 milhões de estudantes brasileiros de 11 a 19 anos abandonaram os estudos no ano de 2022, sem ao menos terminarem a educação básica.

Segundo estudiosos, esta realidade não ocorre somente nos países periféricos. Nos Estados Unidos e alguns países da Europa, a taxa de evasão é de 10%. Portugal que atingiu uma porcentagem de 14% de abandono escolar, conseguiu baixar para um percentual menor que 6%. Certamente, investiram em educação de qualidade, por isso conseguiram reduzir essa taxa de evasão escolar.

Alguns aspectos relevantes que muito tem contribuído para o aumento da evasão escolar, são:

Aspectos econômicos, sociais, culturais, carência financeira, a violência nas escolas, e nos bairros, diferença de gênero, problemas familiares, gravidez precoce, infraestrutura precária, método de ensino ineficazes, má qualificação do professor, e outros.

O aluno por não mostrar interesse pela disciplina dada, não gostar do professor, por um motivo ou outro. Não respeitar o docente, e nem os colegas da classe estudantil. Talvez, estes sejam alguns dos motivos pelos quais alguns educadores não conseguem manter os discentes motivados. Segundo a (psicopedagoga Lígia Fleury 2022), diz:

“[...] é preciso fazê-los entender que o conhecimento é porta de entrada para o sucesso na vida e que cada um constrói o próprio conhecimento”.
(Folha Universal, 2023, p.11)

Através das políticas públicas e participação de toda a sociedade, é possível mudar este cenário de abandono escolar, como, por exemplo, investir no professor, por meio de cursos preparatórios, eventos literários, palestras edificantes e de qualidade, dando a ele condições de aprender, para se tornar um profissional mais crítico, e para se manter mais atualizado.

Curso preparatório para os alunos, oferecendo bolsas de estudos, auxílio financeiro para as crianças carentes, buscar mais oportunidades para o menor aprendiz, através de parcerias com universidades, empresas privadas, Sesi, FIEMG, SENAI, etc. Estas seriam algumas das soluções.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil

As políticas públicas sociais para promover o desenvolvimento sustentável no Brasil, é necessário agir mediante um processo de implementação nas variadas áreas, como, por exemplo: sociais, ambientais, educacionais, etc. A citação abaixo revela os objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. (Nações Unidas - Brasil 2023)

Dentro do quadro 1 estão os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo para alcançar com sucesso a Agenda 2030 no Brasil.

Quadro 1

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	3 SAÚDE E BEM ESTAR
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	9 INDÚSTRIA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	11 CIDADES COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA DO CLIMA VERDE	14 VIDA NA ÁGUA	15 VIDA TERRESTRE
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	

(Quadro elaborado pela autora. Fonte: Nações Unidas – Brasil, 2023)

Todos os fatores acima, são relevantes, mas, o principal é a “Educação de Qualidade” porque ela é o caminho ou até mesmo a solução de todos os problemas existentes no mundo. A “Educação de Qualidade” se inicia em casa, no seio familiar e a instituição escolar tem nas mãos o poder de implementar esta ação, através de toda equipe escolar, como, por exemplo, o diretor, docentes, discentes, etc. E um dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável para a

“Educação de Qualidade” é garantir a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, criando oportunidades de aprendizagem para todos.

Gestão Pedagógica

Há diferença entre gestão pedagógica e gestão escolar.

A gestão pedagógica é a prática da ação pedagógica no ambiente escolar e que envolve a participação do diretor, supervisor, professores, comunidade local, pais, alunos, enfim; todos que acompanham o cotidiano daquela instituição.

Além de desenvolver o planejamento e a organização pedagógica da instituição de ensino. A gestão escolar, é responsável pela administração de recursos e pessoas. Incluindo, área administrativa, financeira, recursos humanos, comunicação, etc.

O planejamento tem o poder de prever o futuro, reduzir as incertezas e tem como produto o plano, sendo este o intermediário entre o processo de planejamento e o processo de implementação. Por isso, para que as metas sejam alcançadas e para se ter uma gestão pedagógica bem sucedida; é necessário a participação coletiva, boa comunicação e um planejamento bem elaborado.

Alguns itens necessários para um bom planejamento:

- a) Buscar conhecer o ambiente escolar e suas necessidades;
- b) Traçar os objetivos e metas de acordo com a realidade escolar;
- c) A avaliação deve ser feita através de dados reais e de interesse escolar de acordo com a instituição;
- d) O planejamento e as propostas enquadradas devem ser elaborados com recursos financeiros disponíveis.

Práticas e ações relacionados à aprendizagem dos discentes:

- a) Os professores devem atender às necessidades dos alunos, dando suporte às suas dúvidas, questões, ideias, etc;

b) Avaliar os materiais didáticos que a escola dispõe e aqueles que podem ser acrescentados naquela instituição;

c) Os docentes junto com a equipe escolar devem elaborar projeto de ensino e aprendizagem;

d) Organização curricular. Através da organização curricular, o coordenador em companhia dos docentes, pode acompanhar, observar e intervir na prática pedagógica em sala de aula;

e) Organizar reuniões pedagógicas.

Para que a escola continue sendo uma formadora de cidadãos críticos, é necessário a participação de todos, principalmente da família dos alunos. E a gestão pedagógica em acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Conselho Tutelar (CT), zela pelos direitos da criança e dos adolescentes.

A gestão pedagógica interage com a família dos alunos, criando uma relação de confiança, harmonia, diálogo, respeito, carinho, através de festas, comemorações, festivais e eventos. Evitando o conflito, o desrespeito, as ofensas, e outros.

Cabe a escola informar os horários das reuniões com todos que estiverem engajados neste trabalho, seja com os familiares, professores, diretores, etc. E os pais dos alunos devem ficar cientes das mudanças ocorridas dentro do ambiente escolar, inclusive o comportamento dos alunos.

O que é o Projeto Político-Pedagógico?

É um documento que reúne diversas propostas de ação a executar durante determinado período e tem como função auxiliar na aprendizagem. Elaborado coletivamente envolve vários atores, como, por exemplo, o diretor, professores, funcionários, comunidade escolar, e outros. Ele é um guia que organiza e

direciona o trabalho educativo através de ações e práticas do fazer pedagógico, como, por exemplo, ensinar e acompanhar os estudantes que tenham dificuldades de aprendizagem; incentivar a prática da leitura na rotina de estudos dos discentes, etc. Como todo projeto, o projeto pedagógico deve ser planejado e tem muitas finalidades. Na citação abaixo, (VEIGA, 2004, p.38), relata que:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (Elementos do Projeto Político Pedagógico, 2019)

Além de ser entendido como processo de ação-reflexão-ação, o projeto define objetivos para a aprendizagem dos discentes e de como a escola irá executá-los para atingi-los. Por isso ele deve ser avaliado e revisto pelos atores da instituição escolar.

O projeto pedagógico se divide em três etapas:

Problematização: Se caracteriza pela resolução de problemas referidos ao tema, e quem deve escolher são os próprios alunos e junto com os professores devem trabalhar o assunto proposto. Permitir que o discente problematize o tema é relevante para que venha nascer dentro dele o interesse pelo projeto. (mesmo que o docente tenha escolhido um assunto).

Desenvolvimento: Nesta segunda etapa é importantíssimo a participação do aluno porque são realizadas estratégias diferentes, como, por exemplo, excursões, debates, pesquisas de campo, leituras de mapas, falar em público, e outros. E o professor deve observar atentamente o desenvolvimento das habilidades destes alunos.

Síntese ou conclusão: Nesta terceira etapa acontece o momento da avaliação a respeito de todas as tarefas realizadas. Como, por exemplo, analisar se aquela questão elaborada foi mesmo resolvida e em que nível. Na conclusão

é possível o levantamento de novos problemas, de acordo com a necessidade. E quanto maior a quantidade de projetos elaborados, mais enriquecido será o trabalho da instituição escolar.

Resultados e Discussão

O que é a escola?

A escola é um lugar de aprendizagem e tem como objetivo, formar e desenvolver cada indivíduo, em seu aspecto cultural, social, cognitivo, físico. É nesta instituição escolar que o estudante é preparado para se tornar um cidadão crítico, consciente e participativo na sociedade porque neste ambiente de harmonia, acontece uma interação, uma troca de saberes, de experiências e de conhecimento. O discente absorve conhecimento e aprende através dos livros, dos diretores, professores e, outros.

Para que serve a escola?

Por ser um ambiente de aprendizagem, a escola é responsável por ensinar a prática da leitura, da ciência, das artes e das letras. E um dos papéis fundamentais, é acolher, preparar e capacitar os alunos para as diversas demandas sociais, dando a eles oportunidade de se tornarem sujeitos conscientes e críticos, para enfrentar os desafios do dia a dia. Isso inclui a participação da família porque ela também é responsável por ensinar o caminho do bem a estes jovens através da formação intelectual, caráter, moral, etc. A educação escolar está em período de construção porque muitas crianças em idade escolar ainda não estão agregadas em uma instituição pública de ensino. Outro fator relevante que tem entristecido e preocupado a comunidade escolar e a sociedade, é a violência física, verbal, violência de gênero, violência psicológica, etc. Vale ressaltar que este enfrentamento acontece dentro e fora das salas de aula, entre professor e aluno e vice-versa. Na citação abaixo, uma professora da escola pública relata sobre a violência praticada pelo professor contra o aluno.

Eu posso dizer que, num determinado momento, eu não ajo com violência, até com meu aluno? Então, pode acontecer, numa hora que eu deveria ter uma resposta calma, tranquila, eu dou uma resposta de uma forma tão agressiva, que se torna até uma forma de violência. (Impactos da violência na escola, 2010).

A violência é um problema social, muito complexo e muito discutida nos tempos contemporâneos. Para alguns estudiosos, as desigualdades sociais, conflitos familiares e o problema econômico pode contribuir para aumentar o histórico de enfrentamento e violência no ambiente escolar. Por isso, o livro (Impactos da violência na escola 2010), diz:

A violência nas escolas é um fenômeno que produz sequelas e contribui para rupturas com a ideia da escola como lugar de socialização, de aquisição e construção de conhecimentos, de formação do ser e de veículo por excelência do exercício e da aprendizagem, da ética e da comunicação dialógica e, portanto, antítese da violência.

Combater a violência é dever de todos, e isto é possível, por meio da prática dos valores, que são a base da educação de qualidade, como, por exemplo, respeito mútuo, impor limites, diálogo, amor, empatia, dignidade, justiça, cooperação e outros. Elaborar políticas públicas, política de igualdade de direitos, respeito pela cultura e hábitos diversos, conhecer a comunidade escolar, maior participação dos familiares dos alunos nas tarefas escolares ou em tudo que envolve o ambiente escolar, seria uma alternativa para prevenir e reduzir a violência.

Considerações Finais

Dentro do contexto social, a educação é prioridade do país porque uma população educada, muda a realidade e a estrutura do país. Ela é responsável pela formação do indivíduo, tornando-o cidadão de bem, de caráter, crítico e consciente, capaz de enfrentar os problemas, desafios e dificuldades do dia a dia.

Ser professor nesta era moderna, de muita informação, de conhecimento, é um desafio, exige muito esforço, dedicação, espírito crítico, entre outros. Com o avanço da tecnologia, abriu-se novos horizontes proporcionando uma nova visão de mundo através da era digital, refletindo nas mudanças comportamentais dos sujeitos. Esta transformação faz com que os profissionais da educação se tornem mais capacitados na sua formação de adquirir e transmitir conhecimentos para novas e futuras gerações. Em alguns países o professor ainda não tem o reconhecimento merecido, às vezes não são respeitados pelos próprios alunos, não tem reconhecimento econômico, e nem apoio dos governantes, e outros elementos norteadores, que são motivos de reflexão para o “ser educador”. A escola tem pressa e o seu desejo é alcançar a todas as crianças em idade escolar que por um motivo ou outro, não estão agregadas numa instituição escolar.

A inclusão escolar é necessária porque uma sociedade inclusiva produz resultado de aprendizagem eficaz e eficiente, contribuindo para uma nação melhor e mais igualitária.

A violência nas escolas é relevante e complexo e muito tem preocupado e afligido a sociedade. Para alguns autores, estudiosos, essas tragédias, enfrentamento ou acontecimentos dentro e fora das escolas pode ser por causa da estrutura social brasileira, que é predominante neste país, como, por exemplo, desigualdades sociais, econômicas, conflitos familiares, etc. Vale ressaltar que a escola é um ambiente de saberes, é um lugar acolhedor, e o ato de violência pode provocar um distanciamento, ou uma ruptura ideológica do ambiente escolar como instituição social. E a maneira de diminuir ou prevenir a violência é através da prática dos valores, como, por exemplo, respeito, justiça, amor, solidariedade, cooperação. E esta prática deve ser exercitada todos os dias e por todas as pessoas.

Referência

As Nações Unidas no Brasil, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>

ASSIS, Simone Gonçalves de (org.) et al. Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora Fio-cruz, 2010. 270p., il. graf.

BUENO, Francisco da Silveira. Minidicionário da língua portuguesa. Ed. ver. e atual. São Paulo: FTD, 2000

CASTRO, Manuel Antônio. Público. 7 ago, 2020. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br>palavras>publico>

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração. 6 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2001. ISBN 85-352-0849-6

Como são aplicadas as Políticas Educacionais no Brasil? TutorMundi. Disponível em: <https://tutormundi.com/blog/politicas-educacionais-do-brasil>

DEMETERCO, Solange Menezes da Silva. Sociologia da educação. 2 ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2009. 352p. ISBN 978-85-387-0265-8

Diário do comércio. 24 maio, 2023. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/negocios/brasil-ocupa-8-0-lugar-em-ranking>

Dicionário Online de Português. Significado de Gestão, 2009 – 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/gestao/>

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão da educação escolar, 3 ed. rev. atual. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006

Elementos do Projeto Político Pedagógico, 2019. Disponível em: <https://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/file/sem-pedagogia/fev-2019/agentes-anexo1-semana>

FERNANDES, F.M. et al. Função Social da Escola. Brasil Escola. Disponível em: <https://www.brasilecola.com>

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ISBN 85-219-0243-3

MAIA, Raul (ed.) et al. PAPE. Programa Auxiliar de Pesquisa Estudantil. v.4, São Paulo: DCL – Difusão Cultural do Livro LTDA

O que é gestão pedagógica e como fazer de forma assertiva? SAS – Plataforma de Educação, 14 de julho, 2021. Disponível em: <https://blog.saseducacao.com.br/gestao-pedagogica>

PRESTES, Eduardo. 2 milhões de jovens abandonaram a escola no ano passado. Folha Universal, São Paulo, 13 ago. 2023. p. 10 - 11.

Salto para o futuro: Um olhar sobre a escola. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000. 96p

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: EDUR, 2011. ISBN 978-85-8067-008-0

Unicef para criança. Brasil, 15 set, 2022. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos>

CAPÍTULO 2

GESTÃO ESCOLAR E A DEMOCRATIZAÇÃO

Ana Cristina Sousa de Jesus

Bruna Santos Araújo

Maria Angélica Ferreira de Moura

Doi: 10.48209/978-65-5417-210-1

Introdução

O presente trabalho tem como finalidades discorrer sobre concepções relacionadas à gestão e organização escolar, especificando o processo de democratização que ocorreu no decorrer dos últimos anos no ensino público. A gestão escolar é a base principal na escola, se configurando em um trabalho que é realizado de forma conjunta pelos profissionais da educação.

A gestão escolar é definida como a área que atribuições voltadas para cuidar administração de uma instituição escolar. Deve acompanhar e direcionar todos os setores que compõem o âmbito escolar, cuidando para que aspectos internos e externos estejam bem encaminhados. Neste sentido a inserção da gestão democrática trouxe diversas mudanças na forma de administrar e encaminhar os trabalhos realizados nas escolas públicas, apresentando as concepções sobre a participação da equipe escolar de maneira integrada.

Mediante este contexto a problemática que norteou esta pesquisa foi : qual a importância da gestão escolar e a concepção democrática para qualificação do ensino ? As hipóteses para este questionamento apresentam-se alguns fatores que apresentam as bases da gestão escolar como a base principal para os encaminhamentos escolares, observando fatores externos e internos, pois para gerir uma escola a gestão deve ter harmonia em seus setores.

Desta forma o objetivo principal deste trabalho foi apresentar concepções sobre a gestão escolar, especificando as formas de organização e o modelo de democratização aplicado nas escolas públicas nos últimos 20 anos. Os objetivos específicos foram: Conceituar sobre a gestão e organização escolar, especificar sobre as formas de organização no ambiente escolar e refletir sobre a gestão democrática nas escolas públicas.

A justificativa para o desenvolvimento deste tema tem como base as questões relevantes sobre a gestão participativa e a reflexão em relação aos resultados que podem ser alcançados nas instituições de ensino público, sendo pertinentes pesquisas e estudos a respeito, pois poderão contribuir para um ensino de qualidade

A metodologia utilizada para realizar este trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, na qual foram utilizados livros, artigos científicos e obras relacionadas ao assunto em questão. Para atingir o objetivo proposto da pesquisa, utilizou-se a análise qualitativa, pois, não tem por objetivo uma representação por números, tendo o foco na compreensão de um grupo social.

Breve Conceituação sobre Gestão e Organização Escolar

Desde a década de 1930, os temas das escolas e de suas organizações vêm sendo discutidos no período que abrange a Declaração dos Pioneiros da Nova Educação. Ao longo dos anos, a investigação e a investigação continuaram a

resolver problemas relacionados com a gestão administrativa e métodos de gestão escolar. No percurso histórico do campo da educação, pode-se observar que há um processo em que as visões e os conceitos relacionados às questões de gestão escolar mudaram e se transformaram. A gestão escolar inclui sistemas internos e externos que constituem o ensino.

A gestão escolar pode ser conceituada como um campo intimamente relacionado ao ambiente interno da escola. Envolve departamentos ligados ao ensino, administração, finanças e organização de funcionários, respeitando o comportamento docente para a formação de pessoas e cidadãos. A gestão escolar envolve o campo da educação, envolvendo organizações e estruturas relacionadas à prática educacional. Podemos defini-lo como uma série de ações e estratégias que norteiam as ações das instituições de ensino.

Segundo o autor José Carlos Libâneo (2001), define que a organização do contexto escolar já existe há algum tempo e as percepções estão mudando. Existem dois métodos: método científico racional e método crítico. Além dos métodos acima, existem conceitos relacionados à gestão escolar, que se dividem em: conceitos técnicos e científicos, autogestão e participação democrática. O autor destaca que, no contexto da gestão escolar, os aspectos administrativos e a prática estão essencialmente voltados para os conceitos de interação interpessoal, treinamento e organização, cujos objetivos são inteligência, cognição e desenvolvimento social.

Na perspectiva dos conceitos atuais de gestão escolar, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) confirmam que o princípio da gestão escolar é proporcionar aprendizagens e formações que estejam em conformidade com os conceitos sociais. Para tanto, as instituições escolares devem atuar de forma organizada por meio de procedimentos que direcionem o atendimento à demanda.

Na sociedade atual, muitas mudanças e transformações estão ocorrendo. Por razões científicas e tecnológicas, as instituições de ensino escolar necessitam

de algumas modificações, principalmente ao nível da organização e funções administrativas. Ainda de acordo com Libâneo (2001), as mudanças nas instituições escolares são resultado dos impactos sofridos devido às mudanças sociais, políticas e econômicas. Com isso, as instituições escolares mudaram seu posicionamento em relação aos requisitos atuais, pois precisam oferecer conteúdo que vão além das necessidades educacionais, por isso é necessário estar atento aos fatores relacionados à formação cultural e científica.

Esses aspectos mostram como a escola não pode mais ser considerada isoladamente de outros contextos, outras culturas, outras mediações. A escola contemporânea precisa voltar-se para as novas realidades, ligar-se ao mundo econômico, político, cultural, mas precisa ser um baluarte contra a exclusão social. A luta contra a exclusão social e por uma sociedade justa, uma sociedade que inclua todos, passa pela escola e pelo trabalho dos professores. Propõe-se, para essa escola, um currículo centrado na formação geral e continuada de sujeitos pensantes e críticos, na preparação para uma sociedade técnica/científica/informacional, na formação para a cidadania crítico-participativa e na formação ética. (LIBÂNEO, 2001, p. 6)

Portanto, é compreensível que, conforme explica Libâneo (2001), um dos objetivos da gestão escolar seja a eficiência e atendimento diferenciado para as crescentes demandas da sociedade atual. Além desse aspecto, algumas pesquisas foram realizadas para apoiar o processo organizacional. A gestão das instituições de ensino caminha em outra direção, pois seu principal objetivo é obter bons recursos e resultados. Para compreender a gestão escolar, é necessário refletir sobre os princípios dos processos organizacionais no ambiente educacional. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) explicam que gestão se refere às ações que envolvem o processo de apresentação do ambiente gerencial, das operações e das atividades de suporte administrativo. Neste sentido, entende-se que

As concepções de gestão escolar refletem, portanto, posições políticas e concepções de homem e sociedade. O modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um caráter pedagógico, ou seja, depende de objetivos mais amplos sobre a relação da escola com a conservação ou a transformação social. (LIBÂNEO, 200, p.3-4)

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) apontam que a gestão está diretamente relacionada à organização escolar, pois a gestão pode ser alcançada a partir dela. Como parte do objetivo de gerir e coordenar comportamentos e práticas que fazem parte do processo técnico, pois o resultado beneficiará principalmente o público na fase de educação básica. O modo de trabalho das instituições escolares é o diferencial no andamento de uma gestão qualificada, que afeta diretamente os resultados, mesmo em ambiente de sala de aula, para se alcançar uma educação qualificada, que é direito do aluno e da família, obrigação da escola e orientar.

Ainda segundo José Carlos Libâneo (2015), através da perspectiva conjunta do espaço de trabalho e relacionamento, o alicerce da gestão escolar está vinculado à escola, que pode promover o processo de ensino, de forma que possamos visualizar atividades e procedimentos de uso de recursos, gestão institucional, gestão administrativa Maneiras de realizar funções.

Dessa forma, com base em discussões teóricas e pesquisas, o conceito de gestão escolar extrapola a compreensão da organização no ambiente escolar, pois se tornou o paradigma dos conceitos no modelo proposto ao longo dos anos. O autor Libâneo (2001) especificou conceitos dentro da disciplina: ciência técnica, autogestão e participação democrática, que são utilizados na gestão e organização escolar. Inicialmente, a primeira definição baseava-se na importância do cargo, métodos razoáveis de ação, princípios e métodos centralizados, subordinação, padronização e eficácia geral, sem focar as relações interpessoais.

Libâneo (2001) também descreveu como conceber a gestão em um formato denominado “autogestão”, que tem uma visão de cooperação, um sentido de responsabilidade pela participação plena, e não requer concentração e igualdade no ambiente institucional. Seus principais fatores são a forma de tomada de decisão, autogestão, experiência social e ideias coletivas.

Em relação à terceira forma de conceitos de gestão e administração, o autor destacou que a ótica da participação democrática se centra nas relações interpessoais, na discussão coletiva da resolução de problemas e no planejamento de metas entre famílias, escolas e comunidades para o benefício das pessoas. e a educação do aluno.

Portanto, o processo de ensino configura-se como um fator motivador relacionado à gestão e organização escolar. É necessário compreender que os tipos de ações, estratégias e intervenções desempenham um papel decisivo no desenvolvimento e funcionamento qualificado das instituições escolares. O relacionamento no ambiente escolar é uma matriz de formatos de gestão escolar para cada comunidade, proporcionando experiências que contribuem para o desenvolvimento e a formação cidadã.

Gestão Democrática

No final da década de 1980, o Brasil passou por uma transição política e social, com mudanças relevantes, A questão da escola pública voltou discutida e a gestão democrática no Brasil foi institucionalizada como um princípio legal, por meio Constituição Brasileira no ano de 1988, em seu artigo 206, inciso VI. Com isso, o processo constitucional se instaurou no Brasil. Em meados do início do anos 90, discussões a respeito desta concepção de gestão nas escolas públicas iniciaram com força. Através de pesquisas, estudos e eventos acadêmicos esta concepção sobre gestão foi sendo apresentada. (SILVA, 2016)

Surgiu então, neste caso, a gestão democrática, que visa desenvolver a capacidade de aprendizagem dos alunos, para que se tornem pessoas críticas, reflexivas e livres, possam atuar e se posicionar na sociedade mundialmente reconhecida. No entanto, para atingir essa situação, recursos educacionais devem ser investidos para torná-la efetiva, principalmente nesta era de evolução e na era da tecnologia que a maioria das pessoas na sociedade pode utilizar. (FILHO,LIRA, 2015)

De acordo com a nova constituição brasileira, a educação deve ser democrática, gratuita, atender a todas as características educacionais, inclusive profissionais capacitados, e deve receber financiamento direto para sua expansão e qualificação. A trajetória histórica da educação revela a importância desta para a formação individual. Portanto, pode-se entender que a escola tem a função de construir significados desde a antiguidade, e como formadora de seres, capacitando-os para atuar em sociedade, por isso a importância da educação para a democracia e a participação ativa de seus membros relevantes a torna relevante.

Outras características do modelo de gestão escolar democrática são enfatizar a importância da busca de objetivos comuns para todos, buscando estabelecer relações e formas de participação sólidas. Esses valores e formas de participação enfatizam os elementos internos do processo de organização, como planejamento, organização e gestão, direção, avaliação, A responsabilidade pessoal dos membros da equipe e a coordenação e supervisão das ações organizacionais, pois precisa atingir objetivos sociais e políticos muito claros relacionados à educação da população.

Em termos de educação, é preciso valorizar a educação pública, levando em consideração que ela atende a maioria da população brasileira. Portanto, um modelo de gestão democrática e ainda participativa deve ser aplicado à gestão da escola pública, por dois fatores: em primeiro lugar, é exigido por lei, como a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394 de 1996, o Plano Nacional de Educação E alguns outros documentos que regulamentam a educação escolar pública no Brasil. Em segundo lugar, porque as escolas públicas terão uma gestão eficaz por meio de um mecanismo envolvendo toda a comunidade escolar (como alunos, profissionais da escola, pais e a comunidade está localizada). (SOUZA, YANNOULAS, 2010)

No entanto, a escola pública almeja alcançar uma série de visões positivas nesta situação, mas para que esse processo de democratização tenha sucesso e alcance a participação de famílias, comunidades, alunos e escolas, uma atitude

de comprometimento de todas as partes relevantes é essencial. Garantir educação de alta qualidade. Gomes (2005) afirma que embora a escola sozinha não consiga corrigir os problemas sociais, desde que seja efetiva, pois a escola pode contribuir no âmbito de suas atividades para a redução das diferenças sociais. O perfil das escolas democráticas também é considerado um aspecto relacionado à valorização da cognição dos alunos, que não se limita apenas à aprendizagem dos conteúdos, mas reside na constituição de ideias e na existência ativa na sociedade para promover a transformação social.

Esse envolvimento histórico não se manifesta de forma rápida e espontânea: é necessária uma ampla mobilização e conscientização de todos os participantes para conscientizá-los da importância de participar do cotidiano da formulação e construção dos projetos escolares. Portanto, para alcançar a democracia, é necessário estabelecer uma relação entre o pessoal relevante e os grupos que os representam, que representam sindicatos de estudantes, associações profissionais, associações de pais, comitês da comunidade escolar, etc. E discutir as medidas de melhoria e adaptação que a escola deve insistir para mudar totalmente a educação e fazer com que tenha um impacto positivo nos alunos que recebem a educação. Carvalho (2017, p.30) enfatizou os tipos característicos das escolas existentes:

Em algumas escolas prioriza-se o bom desempenho em exames externos, especialmente nos vestibulares. Em outras, a ênfase na aprendizagem supõe equilibrar o bom desempenho acadêmico com a participação na vida social, no exercício de uma cidadania democrática e participativa.

É importante compreender esta situação histórica e as expectativas da escola como educadora humana, não apenas como disseminadora de conteúdo sem estar ligada à realidade de cada região. Só assim podemos alcançar uma educação de alta qualidade e eficiente que atenda às expectativas sociais em todos os aspectos.

Resultados e Discussão

A gestão escolar e a democratização são temas de grande relevância no contexto educacional contemporâneo. Em um artigo focado nesses tópicos, os resultados apontam para uma relação intrínseca entre práticas de gestão escolar democrática e a melhoria da qualidade do ensino.

Observe-se que escolas que adotam modelos de gestão participativa, onde professores, alunos e a comunidade têm voz ativa nas decisões, tendem a apresentar um ambiente mais colaborativo e inclusivo. Esses ambientes propiciam não apenas um melhor desempenho acadêmico dos alunos, mas também um desenvolvimento mais eficaz de habilidades sociais e cívicas. Além disso, uma pesquisa destacou que a gestão democrática contribui para a transparência e a responsabilização nas escolas, fatores que são essenciais para a confiança e o engajamento da comunidade escolar.

Na discussão, o artigo enfatiza a importância de compensar as estruturas tradicionais de gestão nas escolas, propondo uma abordagem mais horizontal e participativa. Ressalta-se que a democratização da gestão escolar não é apenas uma questão de eficiência educacional, mas também um imperativo ético, que promove a equidade e o respeito à diversidade.

Desafios como a resistência às mudanças nas práticas condicionais e a necessidade de formação continuada de gestores e professores são apontados como barreiras que precisam ser superadas. O artigo conclui que a implementação de práticas de gestão escolar democrática é um caminho viável e necessário para enfrentar os desafios contemporâneos da educação, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

Conclusão

Após realizar pesquisas e leituras sobre a temática escolhida para desenvolver este trabalho, foi possível compreender as concepções e torno da gestão escolar e a democratização como modelo para gerir as instituições escolares. Partindo de fundamentações e conceitos, chegou-se a resultados efetivos ao final da pesquisa apresentada.

Primeiramente foi possível ter uma compreensão em relação aos conceitos de gestão e organização escolar, tendo um entendimento sobre o funcionamento e organização sobre as formas de administrar e gerar uma instituição de ensino público, observando que existem conceitos principais sobre direcionamento dos trabalhos no espaço escolar.

Entende-se que gestão escolar é a base principal para a estruturação da escola pública, tendo em vista que é o modelo democrático foi inserido em conformidade com a legislação, visando a melhoria nas escolas. A gestão democrática passou por vários processos até ser inseridas nas escolas e compreendida como modelo de trabalho diferenciado.

Sobretudo a consideração final levou até reflexões sobre a definição do trabalho realizado dentro do contexto da gestão democrática, que parte do ponto de vista da realização das atribuições escolares pautadas de uma forma integrada e conjunta, com uma participação ativa de todos os profissionais atuantes em uma instituição escolar. A qualidade no ensino é um dos princípios do modelo de gestão escolar democrática.

A democratização da gestão escolar demonstra ser uma proposta colocada para promover mudanças na forma de administrar o ensino publica, buscando por uma organização com qualificação, oportunizando a participação coletiva e diferenciada em relação decisões e ações escolares.

Neste sentido entende-se que a gestão e organização escolar deve ter como base a ação coletiva e organizada para que possa chegar à resultados que beneficiem a educação. O processo de educativo com sucesso deve ser uma das metas para obter um trabalho qualificado, pois a formação integral do aluno é a principal finalidade.

Referências

BRASIL. **Apoio à Gestão Escolar**. Ministério da Educação, 2018.

CARVALHO, A. **Gestão Escolar**. 1ª edição. Porto Alegre: Artmed. 2017. 160 p.

FILHO, Reginaldo Francisco da Silva; LIRA, Ildo Salvino de. Gestão escolar democrática: uma ferramenta para (re)pensar a prática do gestor escolar. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/FILHO%3B+LIRA+-+2015.2.pdf/15b06974-7881-4150-973a-8b688a62507e>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

GOMES, Candido Alberto. A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola. In: Ensaio – **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio, v. 13, n. 47, p. 281-306, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n48/27551.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola**. Ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4ª Ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Práticas de organização e gestão da escola: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos**. Cascavel – PR, 3/2/2015. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015_jose_carlos_libaneo_i.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, Joao Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática**. In: Educação escolar : politicas, estrutura e organização. 10 edª ver. e ampliada, São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Rosilania Macedo. PROCESSO HISTÓRICO E POLÍTICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NO BRASIL. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/3035> . Acesso em: 10 de novembro de 2023.

SOUZA, Camila Rosa Fernandes; YANNOULAS, Silvia Cristina. Democratização da gestão nas escolas públicas brasileiras: a educação como intervenção participativa. **Argumentum**, v. 2, n. 1, p. 71-93, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4755/475547531006.pdf> Acesso em : Acesso em: 10 de novembro de 2023.

CAPÍTULO 3

SER DOCENTE/ESTUDANTE DE ESPAÑHOL NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Fábio Barbosa de Lima

Doi: 10.48209/978-65-5417-210-2

Introdução

Nosso objetivo neste capítulo é refletir sobre os desafios e possibilidades de ser docente e estudante de Espanhol como Língua Adicional, sobretudo no que diz respeito às questões que perpassam a formação docente no Brasil na contemporaneidade. Para tanto, apresentaremos reflexões sobre a formação – linguística e docente – e o fazer docente em si, na atuação nos diversos espaços escolares, com conceitos de Metodologia do Ensino de Espanhol como Língua Adicional e, também, de Linguística Aplicada.

Uma Discussão Inicial: língua estrangeira ou língua adicional?

Já na introdução deste texto apresentamos a expressão língua adicional e o fazemos por uma questão de amplitude de conceito. Lôpo-Ramos (2021) propõe o uso do termo *língua adicional* por ser um “conceito guarda-chuva”, em que é possível abarcar diversas possibilidades das línguas em diferentes

âmbitos da sociedade – cada vez mais multi-plurilíngues – se considerarmos, por exemplo, os fluxos migratórios recentes e a própria diversidade cultural e linguística dos povos.

Tomando o Brasil como exemplo, temos em nossa Carta Magna, a língua portuguesa como a língua nacional, cabendo aqui outra discussão em torno do suposto monolinguismo do português no Brasil, que não faremos neste momento. Retomando à discussão proposta, a própria Constituição Federal reconhece as línguas indígenas. Ora, ao hierarquizarmos as línguas nos espaços, causa estranhamento dizer a cidadãos de comunidades indígenas que a sua língua seria L2 em relação à língua portuguesa como L1. Para esses cidadãos, a sua língua primeira é aquela que aprendeu a falar no seu universo familiar e da qual faz uso cotidianamente.

Outro exemplo que cabe na discussão de hierarquização das línguas seria a comunidade surda que no Brasil tem assegurada a Libras – Língua Brasileira de Sinais – como sua língua materna ou primeira. Neste caso, a língua portuguesa na modalidade escrita seria a sua L2.

Retomando a questão que abre essa seção “língua estrangeira ou língua adicional” no âmbito da formação de professores de língua estrangeira – expressão já consagrada tanto na formação docente como no currículo da Educação Básica, tida como a língua que os estudantes têm acesso como componente curricular e podem interagir em determinadas situações comunicativas em contextos como trabalho, viagem, conversas com falantes dessa língua-meta, estrangeiros ou não, por exemplo.

Sendo assim, em um mundo cada vez mais conectado, com uma ampla possibilidade de comunicação por meio da virtualidade e, ainda no mesmo patamar de importância em que os fluxos migratórios recentes são recorrentes e céleres, o uso do termo língua adicional propõe ver o outro como seu igual em diferentes contextos comunicativos, postulando uma mínima simetria entre os interagentes.

Leffa e Ilara (2014, p.32) propõem o uso do termo língua adicional pois “traz vantagens porque não há necessidade de se discriminar o contexto geográfico (língua do país vizinho, língua franca ou internacional) ou mesmo as características individuais do aluno (segunda ou terceira língua)”.

Sendo assim, Lôpo-Ramos (2021), afirma que o uso do termo língua adicional em lugar de língua estrangeira funciona como um termo guarda-chuva, pois contempla as mais diversas manifestações linguísticas no território. Ao voltarmos à questão dos fluxos migratórios, temos, por exemplo, uma possibilidade de intersecção entre *língua de acolhimento*, que é de amplitude humanitária, em que não está em questão simplesmente ensinar-aprender a língua do país de chegada como língua estrangeira, mas, sim, para a inserção do indivíduo e/ou sua comunidade na sociedade em que se estabeleceu, prevendo um acolhimento. E, por outro lado, a preocupação com *a língua de herança*, de caráter mais individual e/ou familiar, em que há o cuidado com a manutenção da língua de origem dos migrantes e refugiados, com o objetivo de preservar a sua cultura e promover laços, que muitas vezes estão relacionados a questões religiosas e de pertencimento ao seu povo e o senso de comunidade em um território, que em um primeiro momento não reconhece como sendo seu.

Feitas essas considerações acerca da escolha pelo termo *língua adicional*, seguimos com as questões que propomos para este texto: a discussão acerca da formação de docentes de línguas.

Ser Docente/Estudante de Espanhol no Brasil: história e saberes

Na primeira aula de Metodologia do Ensino de Língua Espanhola I partimos dos contextos de aprendizagem da língua espanhola de docentes em formação. Ao serem perguntados onde, com que idade e com quais materiais didáticos - ou não - tiveram o primeiro contato com a língua espanhola em

um contexto escolar, temos as mais variadas respostas como no Ensino Médio da escola básica, Centro de Estudos de Línguas (CELs) ou outros cursinhos populares, escolas privadas de idiomas e, parte significativa teve contato com o idioma ao escolher o Espanhol como língua estrangeira na Habilitação do curso de Letras. Fora do contexto escolar, temos respostas como viagens, intercâmbios de curta duração e no âmbito familiar, retomando o que já comentamos sobre língua de herança.

Nos próximos anos, a tendência é que o número de estudantes que tiveram contato com a língua espanhola no ambiente escolar diminua, considerando a revogação da Lei Federal 11.161/2005, que instituía o ensino de língua espanhola no currículo pleno do Ensino Médio. A referida Lei foi revogada pela Medida Provisória 476/2016 e, posteriormente, pela Lei Federal 13.415/2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996 (LDB), colocando a língua inglesa de caráter obrigatório no período da escolarização compreendido entre o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio.

Há em curso um Projeto de Lei enviado pelo Ministério da Educação em 2023, em que está previsto a volta do Espanhol como componente curricular no Ensino Médio. De todas as formas, teremos um hiato na geração de estudantes entre 2016, ano da revogação da Lei 11.161/2005 e 2025, ano em que, se aprovado o Projeto de Lei, o espanhol voltará para o currículo. Assim, apenas quem cursou o Ensino Médio em escolas privadas que mantiveram o idioma na grade curricular ou estudantes de escola pública que cursaram Espanhol nos CELs e as outras possibilidades aqui expostas terão contato com o idioma ao longo desse período de formação, diminuindo o número de docentes em formação que já tiveram contato com o idioma no âmbito escolar.

A discussão em torno da aprendizagem da língua espanhola no Brasil e do português nos países de língua espanhola que nos circundam é histórica. A esse respeito, Ángel Rama afirma que o “(...) Brasil viveu de costas para a América

espanhola e esta, por sua vez, viveu entre a ignorância ou o temor desse país desconhecido que parecia tão grande e ameaçador nas cartas geográficas (...)”¹ (1978, p. 99). (T.N.).

O Brasil passa por um *boom* no ensino de espanhol nos anos 1990, impulsionado pela criação dos Centro de Estudos de Línguas (CELs), no estado de São Paulo, e do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEMs), no estado do Paraná, na segunda metade da década anterior. Esse processo se dá em um contexto de projeto extracurricular, que possibilita o acesso à língua espanhola e outros idiomas, convertendo-se em um espaço plurilíngue para estudantes de escola pública.

Sobre o ensino de espanhol nos anos 1990, Kulikowski e González, no importante texto publicado em 1999, *Español para brasileños: sobre por donde determinar la justa medida de una cercanía*, refletem sobre as práticas de ensino da língua naquela época, muitas vezes calcada no ensino de vocabulário, em práticas como falsos amigos, com uma visão diminuta das possibilidades do ensino do idioma no Brasil. Acerca das práticas docentes nesse contexto, muitas vezes calcadas em estereótipos e de caráter reducionista, as autoras refletem:

(...) os professores devemos saber o momento e o lugar, como, onde e quando intervir para saber estabelecer a justa medida dessa proximidade e, se existe, tirar proveito dela sem cair na falsa transparência e, sobretudo, sem reduzir ou empobrecer ambas as línguas² (KULIKOWSKI & GONZÁLEZ, 1999, p. 19) (T.N.)

Ao longo dos anos, outros importantes estudos sobre essa temática se somam, como o de Celada (2002), em que se discute o processo de aprendizagem de espanhol por brasileiros como “uma língua singularmente estrangeira”

1 citação original: “(...) Brasil vivió de espaldas a la América española y ésta a su vez vivió entre la ignorancia o el temor de ese país desconocido que parecía tan grande y amenazador en las cartas geográficas (...)”

2 citação original: “(...) los profesores debemos saber el momento y el lugar, el cómo, dónde y cuándo intervenir para saber establecer la justa medida de esa cercanía y, si existe, sacar provecho de ella sin caer en la falsa transparencia y, sobre todo, sin reducir o empobrecer ambas lenguas”

(CELADA, 2002). Há um ponto muito importante para docentes e docentes em formação, como o processo de ensino-aprendizagem do português como língua materna impacta a aprendizagem do espanhol como língua estrangeira/adicional. Celada e González (2005), questionam como as relações de imaginários dos brasileiros entre fala e norma do português como sua língua materna impactam a aprendizagem do español e, sobretudo, a pressuposição por parte dos brasileiros do conhecimento da língua espanhola, como um idioma que não precisa ser estudado.

A partir dos anos 2000, vamos avançando em questões importantes para o processo de ensino-aprendizagem do espanhol no âmbito escolar, com a publicação de orientações curriculares tanto pelo governo federal quanto por alguns governos estaduais. Das orientações curriculares de nível nacional, destacamos a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Estrangeira para os 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental, atual Ensino Fundamental II, em 1998, e dos PCNs Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias, publicado em 2000, ambos após a LDB 9394/1996.

Ainda, e mais significativa, foi a publicação das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEN) – Linguagens, códigos e suas tecnologias, em 2006, na esteira da promulgação da Lei 11.161/2005, em que consta, em separado do capítulo Conhecimentos de Língua Estrangeira, o capítulo Conhecimentos de Espanhol, com temáticas exclusivas sobre o ensino de língua espanhola, abordando questões como a heterogeneidade do espanhol, falado não somente na Espanha, no continente europeu, mas, também, em territórios da África, Ásia e, sobretudo, da América Latina. Essa discussão é essencial e está presente nos editais para a publicação de livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático, do qual tivemos livros didáticos de espanhol a partir de 2011, com a implementação do espanhol no currículo do Ensino Médio no ano anterior, e a última edição, em 2017, em razão da

revogação da Lei 11.161/2005. Os certames do PNLD – Língua Espanhola, propunham um direcionamento menos eurocentrista, desde a seleção de textos orais e escritos, imagens, *links* para vídeos e referências que trouxeram a proximidade com a América Latina para o centro da discussão.

Considerando que muitas vezes o livro didático é o único livro / material impresso que uma parcela significativa de estudantes tem acesso no Brasil, um ponto importante a se destacar no que diz respeito aos livros de língua espanhola disponibilizados pelo PNLD, que passou por um processo que foi sendo aprimorado ao longo desse período, é que devemos ter a clareza de que por mais qualidade que um livro didático tenha, ele nunca vai atender às necessidades do grupo de estudantes ou, às vezes, de um/a único/a estudante. Cabe a quem exerce a docência ter esse olhar e buscar possibilidades em materiais autênticos, que circulam fora do espaço escolar e não são voltados para o ensino e empregá-los em aula, não atendo-se somente aos livros didáticos e sistemas apostilados, promovendo uma experiência de aprendizagem mais significativa e próxima da necessidade e realidade dos estudantes, com uma visão mais crítica e sensível sobre a análise e produção de materiais didáticos para o ensino de espanhol.

Nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio – linguagens, códigos e suas tecnologias – Conhecimentos de Espanhol, temos a seguinte reflexão acerca da diferença entre material didático e livro didático:

Pode-se dizer, em linhas gerais, que material didático é um conjunto de recursos dos quais o professor se vale na sua prática pedagógica, entre os quais se destacam, grosso modo, os livros didáticos, os textos, os vídeos, as gravações sonoras (de textos, canções), os materiais auxiliares ou de apoio, como gramáticas, dicionários, entre outros. Assim, um manual de instruções de funcionamento de um aparelho ou embalagem de um produto alimentício pode, em dado momento, converter-se em material didático de grande utilidade (...) (OCEM – Linguagens, códigos e suas tecnologias, 2006, p. 154).

Sobre este aspecto, na atualidade, vale a pena discutir e repensar o papel do uso das tecnologias nas aulas de língua espanhola; não se trata apenas da substituição do material impresso pelo digital ou ao acesso aos recursos virtuais. De acordo com Mayrink (2018), devemos passar do mero uso das chamadas Tecnologias para a Informação e Conhecimento (TICs), passando por processo de ressignificação, alcançando as para Tecnologias para a Aprendizagem e o Conhecimento (TAC), objetivando chegar no uso das Tecnologias para o Empoderamento e a Participação (TEP).

Esse pensamento condiz com o proposto por Kumaravadivelu (1994), que em sua proposta de pós-método no ensino de línguas apresenta dez macroestratégias para o ensino, dentre as quais há algumas se aproximam naturalmente do exposto por Mayrink sobre o uso das Tecnologias para o Empoderamento e a Participação (TEP). Destacamos a maximização das oportunidades de aprendizagem, o desenvolvimento da autonomia do aprendiz, a ativação do processo de descobertas e o aumento da conscientização de aspectos culturais.

Mesmo com a revogação da Lei 11.161/2005, as discussões em torno dos processos de ensino-aprendizagem de língua espanhola e da formação de professores deste idioma seguem nos estudos acadêmicos de graduação e pós-graduação, nas formações continuadas oferecidas por Secretarias Estaduais e Municipais de Educação que mantiveram ou aprovaram leis para a (re)inclusão da língua espanhola em seus currículos e, ainda, pelas Associações Estaduais de Professores de Espanhol.

No bojo das discussões em torno da heterogeneidade do espanhol e qual variedade ensinar, uma das discussões que nos parece mais interessante é a clássica pergunta que estudantes nos fazem em sala de aula “Profe, seu espanhol é de onde?”; ainda que a ideia de que o espanhol peninsular seja melhor que as demais variedades, há, ainda, esse mito; ou, ainda, a ideia de ensino de uma língua estandar. Outras são provocadas a partir do acesso a manifestações culturais de diferentes países possibilitadas atualmente pela internet, aos jogos

e às produções exibidas por *streaming*; a ideia de “falar como um argentino” ou “falar como um colombiano”; ou ainda, a ideia de “certo” e “errado”, por exemplo.

A esse respeito, Fanjul (2004), publica o texto *Português brasileiro, espanhol de... onde? Analogias incertas*, em que em sua introdução já explicita que sua intenção é

(...) descrever, nos seus traços maiores, a problemática da variação nas línguas portuguesa e espanhola, enxergada a partir de necessidades de denominação em seu ensino como línguas estrangeiras na atualidade da América do Sul, em particular de seus centros urbanos (FANJUL, 2004, p. 165).

Essa discussão, retoma, em certa medida, o estudo de Celada (2002) sobre a influência do ensino de língua portuguesa na aprendizagem de língua espanhola. Ao concluir seu texto, Fanjul (2004), assevera que a resposta mais verossímil a pergunta “Qual espanhol estou aprendendo”, por parte de estudantes, é “Nenhum em especial. Você simplesmente aprenderá espanhol”.

A esse respeito, que sintetiza parte do que discorremos até este ponto a respeito dos avanços dos estudos sobre os processos de ensino-aprendizagem de espanhol, o autor conclui que

Parece-nos a resposta mais sincera, se vemos, como aqui tentamos mostrar, que a delimitação de variedades em espanhol não é possível com base em critérios objetivos, que ela só parece realizável em função de critérios subjetivos baseados em processos de identificação dos quais o brasileiro não faz parte, e que, no processo de aprendizagem no Brasil, o aluno terá contato com enunciados e docentes de muitos países, incluindo professores brasileiros. (FANJUL, 2004, p. 179).

Feitas essas considerações de forma praticamente cronológica sobre os processos de ensino-aprendizagem de espanhol no Brasil em diferentes contextos escolares, passamos às Considerações Finais, em que, pontuaremos algumas questões sobre o que é ser docente ou estudante de espanhol no Brasil na atualidade.

Concluindo: Quais os Desafios e as Possibilidades de ser Docente/Estudante de Espanhol Língua Adicional na Contemporaneidade no Brasil?

Pensamos que os desafios se transformam em possibilidades no que diz respeito aos processos de ensino-aprendizagem de espanhol no âmbito escolar no Brasil contemporâneo.

Um dos pontos principais para quem está na condição de docente de língua espanhola adicional em formação é o fazer docente em si: a responsabilidade por sua formação, a sua atuação docente, a mediação entre a escola e a comunidade e o trabalho colaborativo para alcançar melhores resultados.

Faz-se necessário pontuar que os docentes e docentes em formação tenham a consciência de que são corresponsáveis tanto por sua formação linguística quanto pedagógica, buscando sua autonomia como docentes, tanto em sua formação quanto na sua atuação e em formações continuadas, inclusive no que diz respeito à tomada de decisão de como ensinar e atuar diante de prescrições impostas pelas instituições sobre o currículo e o material didático.

Outro ponto importante é a defesa do plurilinguismo, em que haja a consciência de que não há uma língua em posição hierarquicamente superior a outra, tampouco entre as variedades linguísticas de uma mesma língua, no nosso caso, o espanhol e o português.

Este ponto automaticamente levará à reflexão e ao apoio da promoção de Políticas Linguísticas públicas e, principalmente, no âmbito escolar, despertando nos aprendizes a sensibilidade linguística e, conseqüentemente, pela cultura do outro, para ter um maior conhecimento de mundo e demonstrar apreço a comunidades migrantes e refugiadas, não só no entorno da escola, mas no mundo, cada vez mais diverso, valorizando a diversidade e a promoção da paz.

Reforçando o que dissemos anteriormente, considerar a crescente diversidade cultural e linguística advindas de processos migratórios em diferentes instâncias, o multiculturalismo, a globalização e seus impactos na sociedade, na cultura, na própria educação, no mundo do trabalho e nas formas de se comunicar.

Outro quesito fundamental é levar em consideração a presença das novas tecnologias na comunicação e, conseqüentemente, na produção de sentidos e como este fenômeno impacta a aprendizagem das línguas e não somente como substituição do material impresso pelo digital.

Por fim, é de extrema importância para docentes e docentes em formação pensar no ensino da língua espanhola e demais línguas levando em consideração alguns aspectos como aumentar as oportunidades e possibilidades de aprendizagem, o estímulo à autonomia na aprendizagem. Para concluir, mas não menos importante, é fundamental que a relevância social da aprendizagem da nova língua, com o fim de aumentar a consciência em relação aos aspectos culturais, para que cada estudante seja capaz de refletir sobre a sua própria cultura ao aprender sobre a cultura do outro.

Referências

BRASIL. **Lei 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acessado em 10/11/2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Estrangeira**. Brasília: SEB/MEC, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: SEB/MEC, 2000.

BRASIL. **Lei 11.161**, de 05 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111161.htm Acessado em 10/11/2023.

BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEM)** – Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: SEB/MEC, 2006.

BRASIL. **Medida Provisória 746**, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n° 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm Acessado em 10/11/2023.

BRASIL. **Lei 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e o Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n° 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm Acessado em 10/11/2023.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum (BNCC)**. Brasília: SEB/MEC, 2017.

CELADA, María Teresa. O espanhol para o brasileiro. **Uma língua singularmente estrangeira**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CELADA, María Teresa; GONZÁLEZ, Neide Maia. El español en Brasil: un intento de captar el orden de la experiencia. In: SEDICIAS, J. (org.). **O ensino do espanhol no Brasil: passado presente, futuro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FANJUL, Adrián Pablo. Português brasileiro, espanhol de... onde? Analogias incertas. In: **Letras & Letras**, Uberlândia 20 (1) 165-183, jan./jun. 2004.

KULIKOWSKI, María Zulma Moriondo; GONZÁLEZ, Neide Maia. **Español para brasileños**. Sobre por dónde determinar la justa medida de una cercanía. Anuario brasileño de estudios hispánicos, IX. Brasília: Embajada de España en Brasil, 1999.

KUMARAVADIVELU, B. The Postmethod Condition: (E)merging Strategies for Second/Foreign Language Teaching In: **TESOL QUARTERLY**, Vol. 28. N.º 1. primavera 1994, páginas 27-48. La situación posmétodo: estrategias emergentes y confluyentes para la enseñanza de segundas lenguas y de lenguas extranjeras. Traducción de Marcos Cánovas. Disponível em https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/antologia_didactica/enfoque_comunicativo/kumaravadivelu12.htm Acessado em 10/11/2023.

LEFFA, Vilson; IRALA, Vanessa. O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. In: LEFFA, Vilson; IRALA, Vanessa (Orgs.). **Uma Espiadinha na Sala de Aula**. Ensinando línguas adicionais no Brasil. Pelotas: EDUCAT. 2014.

LÔPO RAMOS, A. A. Língua adicional: um conceito “guarda-chuva”. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, 13(01), 233–267. Brasília. Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/37207> Acessado em 10/11/2023.

MAYRINK, M. F. Ressignificando as TIC como Tecnologias para a Aprendizagem e o Conhecimento (TAC) e para o Empoderamento e a Participação (TEP). In: ROCHA, N.; RODRIGUES, A.; Cavalari, S. (Org.). **Novas práticas em pesquisa sobre a linguagem: rompendo fronteiras**. 30ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, v. 1, p. 93-106.

RAMA, Ángel. La riesgosa navegación del escritor exiliado. **Nueva Sociedad**. N.º. 35. Março - abril 1978.

CAPÍTULO 4

TECNOLOGIAS CRÍTICAS EM ABORDAGENS TEÓRICO-EXPERIMENTAIS EM SALA DE AULA

Rhaíssa de Souto Marconato

Everton Lüdke

Doi: 10.48209/978-65-5417-210-4

O que são Tecnologias Críticas

Tecnologias Críticas são sistemas de estudos de temas seletos de interesse tecnológico de uma área com aplicação direta na economia dos países em desenvolvimento. A inserção de tais assuntos no Ensino Médio na forma de atividades curriculares complementares visa permitir aos gestores de ensino público, a análise de aquisição de um conjunto sistematizado de conceitos e atividades práticas que visa a construção de competências e habilidades para que o aluno de Ensino Fundamental e Médio busquem carreiras científicas e tecnológicas, firmadas pelo buscar de uma prática sistematizada referenciada em teorias científicas e experimentos práticos.

Em uma lista de temas sobre Tecnologias Críticas que visam a formação do cidadão para contribuir ativamente na construção econômica do seu país, entedemos que destacam-se aqueles em que, diretamente, produzam não só a prosperidade econômica, quanto a segurança nacional e coesão social.

Mais especificamente, a compreensão do processo extrativo de recursos naturais para produção de produtos industriais, tecnologias de materiais, produtos e processos, uso da informação para transferência de ideias e informações, estratégia de telecomunicações e processos humanos mediados por computadores como a inteligência artificial, sistemas de comunicação 5G e 6G para IOT (Internet das Coisas) biotecnologias, produção de alimentos e geração de energia sustentável deveriam ser parte do currículo do ensino público tanto em nível de Ensino Fundamental e Médio, além da matemática direcionada para algoritmos.

Embora desafiador, percebemos que temas de Tecnologias Críticas podem ser aplicáveis a alunos do Ensino Fundamental e Médio, mesmo em momentos na fase escolar que a educação é inensamente transmitida por meio professor – aluno. Em particular em países em desenvolvimento na América Latina como o Brasil, a gestão da educação tem como objetivo encaminhar o aluno para a vida acadêmica, contudo é importante salientar a viabilidade da construção de um ambiente pedagógico para atender a demanda estudantil para o seu desenvolvimento intelectual. Neste caso, ao aplicar o uso de metodologias ativas que envolvam a disseminação de conhecimento básico sobre Tecnologias Críticas na escola e a sua incorporação gradativa pelo alunos, os mesmos começam a desenvolver pensamentos críticos, vertendo subsídios sobre formas onde o processo contribui para a cooperação na resolução dos problemas propostos que movem o estudante a explorar o espaço e explorar as vias de soluções diretas.

O que refletimos sobre a literatura

Em uma abordagem metodológica, a revisão de bibliografia é importante para o conhecimento do professor que trabalhará com as Tecnologias Críticas em sala de aula. Para isso, é necessária uma intensa pesquisa da literatura

disponível sobre Políticas Públicas Educacionais e suas particularidades, em ênfase aos países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, China e África do Sul) sobre o ensino de ciências e recursos utilizados pelos países-membros. Por conseguinte, é viável diferenciar os diferentes tipos de conteúdos de ciências e administrá-los de maneira concisa ao propor tarefas que sejam de alcance aos alunos em nível de resolução de problemas, contemplando assim o estágio de desenvolvimento escolar apropriado e a eficácia de avaliação através de métodos estatísticos clássicos aplicados ao ensino entre os estudantes que participam dos países dos BRICS.

A aprendizagem que ocorre por força da ação do sujeito desafia o desenvolvimento como a construção de estruturas de assimilação. Caso os planos de desenvolvimento não estejam de acordo com a construção de estruturas capazes de assimilações de conteúdos, que progressivamente torna-se complexa, a aprendizagem estagna. Na revisão teórica, a matéria – prima do professor é conduzir o aluno, por meio da reflexão e tomada de consciência interdisciplinar do assunto. A boa teoria é aquela que liberta o fazer, ao conseguir trazê-lo para o plano de compreensão, e abre-lhe possibilidades novas (BECKER, 2016).

Engajamento de Alunos para Pesquisa em metodologias ativas

No ambiente escolar, ao produzir um projeto de pesquisa é necessário cuidar da segurança dos estudantes, para que estes possam ter uma participação dinâmica, comunicação fácil e um lugar de trabalho coletivo, com regras de convivência, na colaboração da formação de uma autonomia crítica e criativa do sujeito, como abordam Tecnologias Críticas, sendo este o protagonista do processo de trabalho. Assim, os estudantes devem conhecer o assunto que será proposto em todo o seu aspecto. O entendimento de conceitos e processos práticos relacionados ao ensino de Química, Matemática e Física é importante

para estabelecer uma visão crítica e reflexiva, que é introduzido no processo educativo de escolas brasileiras.

Com isso, é através das práticas de ações e formas colaborativas de comportamento, desenvolvidas nas comunidades de prática nas quais a criança está inserida, que acontecem as relações entre aprendizado e desenvolvimento. Cada assunto abordado na escola tem sua própria relação com o percurso de desenvolvimento intelectual do estudante, relação essa que varia à medida que este vai se apropriando do conhecimento.

Formação de professores para inserção na pesquisa escolar

Na aplicação de um projeto como Tecnologias Críticas que envolvem a busca da competência do aluno, é necessário que o “professor se interesse por cada aluno, tanto individualmente como coletivamente, buscando conhecer as suas motivações e sua inserção social, estabelecendo assim uma confiança e uma experiência mediada pela valorização”.

O papel do professor de Ciências em nossa sociedade permite que este professor pense minimamente sobre os fatores que condizem com o saber docente, como a reflexão sobre a prática a sua formação contínua. O Ensino de Ciências têm tornado ainda mais complexa a atividade de ensinar, devido as constantes mudanças que vem ocorrendo na sociedade, com as novas propostas de alterações curriculares, a ampliação das tecnologias de informação e de comunicação. Cada um destes fatores influencia diretamente deixando a escola de ser a única fonte de informação científica, ou seja, “o professor é alguém que elabora planos de atividades, aplica metodologias, reproduz conteúdos, interpreta esses conteúdos, observa comportamentos e avalia processos, assim como o pesquisador em laboratório programa ações que produzem novos fenômenos cognitivos, avaliam os fenômenos observados e criam novas compreensões desses fenômenos.” (BECKER; MARQUES, 2010, p. 12).

Para Thomas Kuhn (2001), estas mudanças conceituais correspondem ao que denominou de Revoluções Científicas. Estes períodos correspondem às mudanças de paradigmas, que, dentre várias possibilidades mencionadas por Kuhn, podem ser entendidos como “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções exemplares para uma dada comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2001, p.13).

Desafios sobre a prática do ensino de Tecnologias Críticas

A pesquisa em educação existe, porém, e é capaz, não de fornecer todas as respostas prontas, mas de contribuir para esclarecer os debates: consegue bases objetivas que permitem situar, em seu justo lugar, as afirmações peremptórias, não opondo a estes argumentos antinômicos, mas apresentando resultados obtidos em condições de validade científica controlada (PLLAISANCE, VERGNAURD, 2003).

A questão a ser elaborada durante o projeto de Tecnologias Críticas é: Por que os alunos demonstram dificuldades em compreender Ciências? Ao complementar o ensino teórico com a prática será possível romper as barreiras de desmotivação, dificuldades conceituais e problemas do uso da estratégia de raciocínio e solução de problemas?

A tecnologia de informação, como o uso de smartphones e notebooks possibilitaram o rendimento humano em maior escala ao desenvolver tarefas cotidianas, no entanto tornou-se em parte o estudante como um receptor passivo da ciência, esperando respostas prontas, sem eles mesmos também fazerem os seus próprios questionamentos. O filósofo, físico e matemático francês, René Descartes dizia que “é contrário à razão afirmar que há um vazio ou um espaço em que nada existe em absoluto”. Sendo assim, a melhor forma de inserir o ensino de Ciências é transmitir a mensagem aos alunos de que o ensino por

meio da descoberta implica na exposição de diversos temas críticos, que estes conhecerão no futuro, como Computação Avançada, Engenharia de Materiais, Distribuição de Energia, Sistemas e Tecnologias Aéreas, sendo estes tópicos que quando abordados de forma básica desde o Ensino Fundamental, utilizando materiais do cotidiano como matérias-primas para o desenvolvimento dos experimentos práticos.

Logo, para os conteúdos que podem ser utilizados para esses fins em Tecnologias Críticas podem basear-se na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) apresentada pelo Ministério da Educação, que rege o para as redes de educação nacionais os conteúdos programáticos que devem ser aplicados, desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio, definida pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, considerando as competências e habilidades que cada tópico abordado representará para os alunos, como também como a prática de Tecnologias Críticas podem ser empregadas na aula.

Por exemplo, para trabalhar com os alunos sobre Alimentos, pode-se introduzir o uso de Colóides na indústria, como forma de conservantes e aromatizantes e como ocorre a melhora de qualidade de produção na preparação de alimentos.

Sobre a definição de estratégias para ensino sobre Tecnologias Críticas

Os quatro países mais ricos do mundo são aqueles que mais implementam políticas atuais sobre a implementação da importância das Tecnologias Críticas. Em particular, nos Estados Unidos já existe um programa nacional intitulado Estratégia Nacional para Tecnologia Crítica, que visa fortalecer a sua base em tecnologia e educação para a sua população, promovendo então a sua competitividade e liderança em desenvolvimento de padrões internacionais, promovendo assim a sua hegemonia em inovação tecnológica de informação,

com suporte de empresas do Vale do Silício como máquina motora da geração de empregos.

Como todo o plano de ação, as Tecnologias Críticas possuem patamares de estratégias focadas em colocar em prática as suas estratégias-chaves, priorizando setores de Investimentos, que com contribuições tecnológicas de ponta, auxiliam na investigação do processo, desenvolvimento e prática para propor a ciência de ponta, isto incluso o apoio às universidades e todas quaisquer instituições que fazem jus ao desenvolvimento de novas normas industriais e comerciais. Sendo assim, a participação acadêmica aliada ao setor privado desenvolvem novas ferramentas eficazes de produção na industrial, mantendo os Estados Unidos à frente em questões de abrangência da participação, contribuição e desenvolvimento acadêmico na sua economia, estas também com colaboração de países desenvolvidos, para reforçar e expandir o desenvolvimento de Tecnologias Críticas.

Concomitantemente, quando um país investe na educação de ponta para seus cidadãos, automaticamente este estará formando novos postos de mão de obra e empregos para a sua economia, sendo assim, ao distribuir lucro arrecadado de impostos para a formação das partes interessadas em áreas tecnológicas – incluindo o meio acadêmico, indústrias, pequenas e médias empresas de grande porte e empreendedores individuais da sociedade civil, que no futuro contribuirão de forma eficaz para o desenvolvimento de novas técnicas científicas e de produção.

Em suma, a inclusividade dos Estados Unidos com seus aliados – Reino Unido, Canadá, Japão, Austrália – também implementam ideias semelhantes ampliando a participação justa, com o crescimento inclusivo para os seus cidadãos inseridos nesta estratégia de avanço. Assim, estes modelos de valores educacionais e econômicos podem ser implementados na prática social edu-

cacional e industrial no Brasil – com os respectivos países do BRICS – para garantir o processo de desenvolvimento padrões, sendo no futuro amplamente compartilhado pelo mercado econômico e sociedade como um todo. Para isso, no Brasil, o Governo Federal, as associações industriais, grupos do setor privado necessitam, trabalhar em conjunto neste sistema para se prepararem para os novos desafios e suas resoluções à caminho de oferecerem normas eficazes e inovadores que aceleram o crescimento econômico, beneficiando as pessoas dessas nações.

Todavia, os países que aderem as estratégias das Tecnologias Críticas assumem compromissos significativos para coordenar as responsabilidades principalmente educacionais que formarão a base comum intelectual. Portanto, devem ser criadas propostas sobre Políticas Públicas Educacionais para incentivar a participação de estudantes desde as séries iniciais do Ensino Básico até os anos finais do Ensino Médio. Isto pode acontecer por meio da inserção em fóruns multilaterais dos países envolvidos com o seu desenvolvimento tecnológico, como no caso dos Estados Unidos, para o compartilhamento de informações. No caso do Brasil, o país investe em órgãos de fomento em apoio à pesquisa acadêmica, como também, as universidades federais e estaduais estão inseridas em meio à sociedade civil, visando à catalisação da pesquisa, assim podendo incentivar durante os seus projetos de pesquisa, em especial acadêmicos de Licenciaturas, a adoção de padrões coletivos a futuros acadêmicos, que ainda se encontram no Ensino Básico, como projetos de educação e conscientização tecnológica, ambiental, didática e invenção promovendo assim a curiosidade dos alunos pela ciência, pensamento crítico e o espírito de comunidade escolar.

Ensino de Tecnologias Críticas em Química Teórica e Experimental

A palavra “Química” já desperta medo nos estudantes desde os anos finais do Ensino Fundamental, pois já existe um pré-conceito de que a disciplina é de difícil compreensão e apenas quem tem facilidade em exatas é que consegue se garantir em seus exercícios. Na verdade, assim como a Matemática e a Física, a Química pode ser considerada uma ciência difícil para aqueles alunos que possuem dificuldade em visualizar teorias abstratas. Por isso, é muito importante que a teoria vista em sala de aula esteja relacionada com a sua prática. Portanto, o uso de uma metodologia tradicional, como o quadro de giz não deve ser o principal aliado do professor ao ministrar a disciplina e sim, deve-se aproveitar ao máximo os locais disponíveis na escola, como a sala de informática, laboratório de ciências - se esta for segura e que possua equipamentos básicos para o manuseio dos alunos e até mesmo em áreas externas da escola.

Logo, trazer o cotidiano do aluno para a sala de aula ou antecipar a ação profissional no desenvolvimento de carreiras científicas em áreas estratégicas é vista como uma das soluções para motivar e despertar o interesse dos alunos em Química. De acordo, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “estudar Química na escola ajuda o jovem a tornar-se mais bem informado, mais preparado para argumentar, para posicionar-se frente a questões e situações sociais que envolvem a participação dos jovens e adultos em processos de investigação de problemas e fenômenos presentes no seu dia a dia.” Concomitantemente, o enfoque qualitativo em pesquisa pode ser significativo para o tema de Tecnologias Críticas, pois busca principalmente a “dispersão ou expansão” dos dados e a informação, desenvolvendo as perguntas e hipóteses antes da coleta e análise de dados, para se descobrir assim quais são as perguntas de pesquisa mais importantes e depois para aprimorá-las e respondê-las. Em

pesquisas qualitativas, a reflexão é a ponte que une o pesquisador e os participantes (MERTENS, 2005).

Portanto, todo esse processo de reestruturação, explicitação e integração hierárquica, mesmo que tenha como meta promover mudanças gerais na estrutura cognitiva dos alunos, deve ir, de baixo para cima, dos níveis mais superficiais aos mais profundos, dos cenários concretos às estruturas a partir dos quais são analisados dos fatos aos conceitos, para chegar aos princípios. Somente estudando contextos e situações concretas os alunos podem transcendê-las e chegar a remover o alicerce de suas teorias. (POZO, GÓMEZ CRESPO, 2009).

Logo, ao utilizar as Tecnologias Críticas em sala de aula, como uma abordagem teórica-prática, com uma metodologia avaliativa que engloba todos os alunos envolvidos na tarefa, estes estarão refletindo sobre o conhecimento sistematizado e prática, envolvendo as novas descobertas direcionado para a aplicação dos conteúdos nas próprias tecnologias de informações do cotidiano, sendo esta uma reprodução transferível com base na compreensão científica, o que deve ser levado em conta em processos de educação delineados por políticas públicas.

Referências

PLAISANCE, Eric. Ciências da educação (As). Edições Loyola, p. 15 – 16, 2003.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Autores associados, p. 17, 2021.

BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento: revista e ampliada. Penso Editora, p. 33. P. 83 – 84, 2016.

CAUDURO, Paola Jardim et al. O método cognitivo-histórico e o ensino de física mediado por epistemologias. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.

LOPES, Rodrigo Oliveira. O ENSINO DE MODELOS ATÔMICOS POR MEIO DA EXPERIMENTAÇÃO. 2017. P. 39. Tese (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS)).

BASSO, Larissa JUNG. O APRENDIZADO EM QUÍMICA NUCLEAR NO PRONATEC MEDIADO PELA TEORIA DA ATIVIDADE DE ENGESTROM. 2017. P. 28. Tese (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS)).

POZO, J. I.; CRESPO, M.A. G.A. A Aprendizagem E O Ensino de Ciências: Do Conhecimento Cotidiano Ao Conhecimento Científico. 5º Edição, 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. Del P, B. METODOLOGIA DE PESQUISA. 5º Edição, 2013.

National Critical Technologies List. Disponível em: <https://clintonwhitehouse3.archives.gov/WH/EOP/OSTP/CTIformatted/AppA/appa.html>. Acesso em: 17/11/2023.

Critical And Imergem Technologies List Update. A Report By The FAST TRACK ACTION SUBCOMMITTEE ON CRITICAL AND EMERGING TECHNOLOGIES Of The NATIONAL SCIENCE AND TECHONOLOGY COUNCIL. Disponível em: White House.gov. February, 2022. Acesso em: 17/11/2023

FACT SHEET: Biden-Harris Administration Announces National Standards Strategy for Critical and Emerging Technology. The White House. Disponível em: whitehouse.gov. May, 4, 2023. Acesso em: 17/11/2023.

CAPÍTULO 5

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO SUPERIOR: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES

Francisco Jardel do Nascimento Soares

Luis Carlos Ribeiro Alves

Doi: 10.48209/978-65-5417-210-5

Resumo: Este estudo tem como foco a percepção dos estudantes de ensino superior sobre a relevância da educação financeira em sua formação acadêmica e futura. Partindo da hipótese de que essa percepção influencia o interesse e engajamento dos estudantes no campo da educação financeira, a pesquisa realizará uma revisão bibliográfica sobre a importância da educação financeira no ensino superior. Além disso, serão conduzidas pesquisas qualitativas, incluindo entrevistas e questionários, com estudantes para entender suas percepções e os fatores que as influenciam. Os objetivos específicos incluem a análise da importância percebida da educação financeira, a investigação dos fatores que moldam essa percepção e a avaliação do impacto dessa percepção no engajamento dos estudantes em programas e cursos relacionados. Espera-se que os resultados proporcionem uma compreensão mais profunda da perspectiva dos estudantes sobre a relevância da educação financeira no ensino superior.

Palavras-Chave: Educação Financeira. Ensino Superior. Percepção Estudantil. Literacia Financeira. Formação Acadêmica.

Abstract: This study focuses on the perception of higher education students regarding the relevance of financial education in their academic and future development. Starting from the hypothesis that this perception influences students' interest and engagement in the field of financial education, the research will conduct a literature review on the importance of financial education in higher education. Additionally,

qualitative research, including interviews and questionnaires, will be conducted with students to understand their perceptions and the factors that influence them. Specific objectives include analyzing the perceived importance of financial education, investigating the factors that shape this perception, and assessing the impact of this perception on students' engagement in related programs and courses. The results are expected to provide a deeper understanding of students' perspective on the relevance of financial education in higher education.

Keywords: Financial Education. Higher Education. Student Perception. Financial Literacy. Academic Formation.

Introdução

O desenvolvimento de competências voltadas para a gestão financeira pessoal e empresarial é tão determinante para o sucesso profissional quanto o desenvolvimento de competências específicas da carreira profissional que alguém deseja seguir. Muito embora seja óbvio que a máxima “o dinheiro não traz felicidade” não seja necessariamente uma verdade, mas certamente não há muita gente que discorda do fato de que a preocupação com a disponibilidade de recursos financeiros para o atendimento das necessidades básicas de um indivíduo ou família, certamente os deixam em situação mais confortável que quem precise diariamente se preocupar com esses recursos mínimos.

A articulação entre o desenvolvimento de competências profissionais com o desenvolvimento de competências empreendedoras e de gestão financeira, certamente é capaz de apresentar um diferencial no desenvolvimento de profissionais mais capacitados e impactantes nos mercados em que atuam. É nessa perspectiva que o presente estudo se desenvolve. Sem a pretensão de esgotar a temática, tão relevante para a formação integral e plena das pessoas e profissionais do século XXI. Desta feita, partimos da seguinte pergunta de pesquisa: Como os estudantes de ensino superior percebem a relevância da educação financeira em sua formação acadêmica e futura?

Considerando a pergunta de partida, propomos como hipótese provável de resposta que a percepção dos estudantes sobre a relevância da educação financeira em sua formação influencia seu interesse e engajamento nesse campo de estudo.

A partir disso, o estudo tem como objetivo geral avaliar a percepção dos estudantes de ensino superior sobre a relevância da educação financeira em sua formação acadêmica e futura. Este é compartimentado em três objetivos específicos, que auxiliarão no alcance do objetivo geral:

- Analisar como os estudantes percebem a importância da educação financeira em sua vida pessoal e profissional.
- Investigar os fatores que influenciam a percepção dos estudantes sobre a relevância da educação financeira.
- Avaliar o impacto da percepção da relevância da educação financeira no engajamento dos estudantes em programas e cursos relacionados.

A educação financeira desempenha um papel crucial no campo da economia, pois contribui para o desenvolvimento de cidadãos financeiramente responsáveis e informados. O estudo da percepção dos estudantes de ensino superior sobre a relevância da educação financeira é fundamental para entender como essa área pode ser aprimorada e como as futuras gerações de economistas e profissionais financeiros podem ser melhor preparadas para lidar com desafios econômicos.

Uma sociedade com indivíduos financeiramente educados está mais preparada para tomar decisões financeiras informadas, evitar armadilhas financeiras e contribuir para a estabilidade econômica. Compreender a percepção dos estudantes sobre a educação financeira no ensino superior é relevante para melhorar a literacia financeira da população em geral, o que pode ter um impacto positivo nas finanças pessoais, na prevenção do endividamento excessivo e na construção de um futuro financeiro mais sólido.

Para os estudantes, essa pesquisa pode fornecer insights sobre a importância da educação financeira em sua formação, orientando suas escolhas acadêmicas e de carreira. Além disso, para futuros profissionais, entender a relevância da educação financeira pode ajudá-los a desempenhar um papel mais eficaz em suas carreiras, seja como economistas, contadores, administradores financeiros ou consultores financeiros.

O paper está estruturado em três partes, sendo que na primeira parte é realizado uma abordagem do referencial teórico sobre o tema em tela. Já na segunda parte é apresentada a metodologia aplicada para o desenvolvimento do estudo e, em seguida, a apresentação e análise dos resultados encontrados.

Referencial Teórico

Importância da educação financeira

O artigo 2º da Lei 9.394/96, a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que a educação é uma obrigação da família e do Estado em articulação com a sociedade, e tem como objetivo “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996). Ora, se o objetivo da educação é promover o pleno desenvolvimento do educando e sua preparação para atuar de maneira eficiente e objetiva na sociedade em que vive e, esta sociedade tem na necessidade de tomada de decisão sobre os recursos financeiros disponíveis para as famílias ou empresas.

Desta forma, não seria exagero afirmar que a educação financeira é imprescindível para atingir os objetivos preconizados pela referida Lei. Entretanto, a educação financeira é uma daquelas coisas que todos consideram de certa maneira muito importante, mas que é possível arriscar-se a dizer que quando se aplica às situações práticas do cotidiano, a grande maioria das pessoas podem

apresentar uma percepção de que mais faltam a aprender que o que dominam de fato.

Nesse sentido, é fundamental esclarecer o que se quer dizer quando utilizamos a expressão educação financeira, na qual estamos de acordo com o conceito de Lizote (2007) que sintetiza seu conceito como:

o modo pelo qual o indivíduo busca adquirir conhecimentos necessários para gerenciar coerentemente suas finanças e tomar boas decisões sobre ela. Ter capacidade de gerenciar de forma correta as receitas, tomando decisões essenciais quanto ao uso dos recursos disponíveis e visando os acontecimentos de hoje, mas não deixando de pensar no futuro. (LIZOTE, 2017, p.77)

Desta feita, ao realizarmos qualquer abordagem a respeito de educação financeira, doravante, tenha-se claro que se trata da percepção dos sujeitos sobre um tipo de inteligência que os possibilita gerenciar suas receitas e despesas para a tomada de boas decisões na utilização desses recursos financeiros escassos para a realização de seus objetivos pessoais ou profissionais.

Nos tempos coloniais, antes da consolidação dos sistemas financeiros e bancários, as pessoas frequentemente guardavam dinheiro enterrando-o ou trocando-o por metais preciosos, gado ou terras, considerando-se estes como bens capazes de conservar o valor ao longo do tempo. Durante esse período, qualquer orientação sobre gestão de dinheiro vinha de sua rede próxima de pessoas, tais como pais, amigos ou conhecidos profissionais.

Uma das primeiras colunas de aconselhamento financeiro registradas foi escrita por Benjamin Franklin intitulada “Dicas Necessárias Para Aqueles que Desejam Ser Ricos”. Embora seu foco principal tenha sido em orientações empresariais, essa coluna, impressa em 1737, pode ser vista como um dos primeiros esforços para promover a ideia de educação financeira.

No contexto contemporâneo, a importância da educação financeira é inegável. Os avanços tecnológicos e o crescente acesso a serviços financeiros

tornaram o mundo financeiro mais complexo do que nunca. Nesse cenário, a necessidade de capacitar os indivíduos com habilidades financeiras sólidas é fundamental. A educação financeira desempenha um papel crucial em vários aspectos da vida moderna. No livro “Pai Rico, Pai Pobre,” Robert Kiyosaki (2018) aborda de maneira abrangente os seguintes tópicos:

- a) Tomada de decisões financeiras: Com uma ampla gama de opções de investimento, empréstimos, planejamento de aposentadoria e gestão de dívidas disponíveis, a capacidade de tomar decisões financeiras informadas é vital para alcançar a estabilidade financeira.
- b) Prevenção de endividamento excessivo: A falta de compreensão financeira muitas vezes leva ao endividamento excessivo. A educação financeira ajuda as pessoas a evitar armadilhas financeiras e a gerenciar suas dívidas de maneira eficaz.
- c) Construção de riqueza e segurança financeira: Através do conhecimento financeiro, os indivíduos podem planejar o crescimento de seus ativos e alcançar objetivos financeiros de longo prazo, como a compra de uma casa, a educação dos filhos e a aposentadoria confortável.
- d) Resiliência financeira: A capacidade de lidar com imprevistos financeiros, como despesas médicas inesperadas ou perda de emprego, é aprimorada com a educação financeira, permitindo que as pessoas mantenham sua estabilidade financeira em momentos difíceis.

Portanto, à medida que a sociedade evolui e se adapta a um ambiente financeiro em constante mudança, a importância da educação financeira continua a crescer, capacitando as pessoas a tomar decisões informadas e a alcançar a segurança financeira a longo prazo. Essa evolução é crucial para o bem-estar econômico individual e para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo.

Educação financeira no ensino superior

Na formação de sujeitos cada vez mais responsáveis e comprometidas com o seu sucesso financeiro e/ou profissional, é de se considerar que o processo de inserção da educação financeira nos processos educativos, sejam eles formais ou não, implicam no tipo de decisões que são tomadas por estes sujeitos no que se refere a utilização dos recursos que tem a sua disposição. Em outras palavras, poderíamos nos arriscar a afirmar que quanto mais cedo iniciado o processo de educação financeira e o amadurecimento sobre as consequências das decisões tomadas sobre dinheiro e finanças, maior a tendência em se alcançar um maior nível de segurança financeira.

São muitos os estudos publicados sobre o tema da relevância da educação financeira na formação de crianças e jovens, especialmente de nível universitário, considerando as implicações desta para o sucesso profissional e formação plena dos sujeitos.

De acordo com Ferreira e Castro (2020), em artigo publicado no ano de 2020 na Revista de Administração e Negócios da Amazônia, analisou o nível de conhecimento dos alunos de graduação sobre gestão financeira pessoal e, concluiu que quanto mais cedo se inicia o processo de educação financeira, mais eficiente tende a ser, sendo portanto menos eficiente ao ser inserido apenas no ensino superior, tendo em vista que o desenvolvimento do pensamento crítico ao longo da vida impactaria diretamente sobre a educação financeira.

Já Campos, Confessor e Amorim (2022), analisaram a importância da educação financeira na formação de estudantes de administração, ciências contábeis e economia, por meio da aplicação de uma pesquisa quantitativa em uma universidade federal. Concluíram que os processos de educação financeira estão consolidados na formação desses estudantes, muito embora os mesmos ainda considerem que seu processo de formação sobre o tema não está com-

pleto ou consolidado, porém verificaram que os mesmos aplicam os principais conhecimentos teóricos e práticos sobre o tema. Na perspectiva dos referidos autores, “a educação financeira propicia uma melhor convivência com o dinheiro, fazendo das pessoas cidadãos mais preparados para os acontecimentos do sistema econômico e mais capazes de avaliarem escolhas.” (CAMPOS, CONFESSOR e AMORIM, 2022, p. 1), sendo portanto parte essencial da formação plena dos cidadãos.

Da mesma forma, Leal, Santos e Costa (2020) investigaram o nível de educação financeira dos estudantes universitários, aferindo por meio de aplicação de formulário online, observando que entre os universitário é comum subestimar o nível de conhecimentos em educação financeira que possuem, indicando ainda variações com base nos níveis socioeconômicos dos estudantes ou do curso universitário escolhido.

Outro estudo ainda,apresentado, por Dias et al (2019) em uma pesquisa exploratória, bibliográfica e quantitativa, analisaram o comportamento financeiro de estudantes universitários de diferentes cursos de graduação do eixo de gestão e negócios, tais como Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de uma Instituição Federal pública e chegaram à conclusão de “que os acadêmicos não possuem perfil de investidores, se mostram conservadores, gerenciam os gastos da forma mais simples, [...] não se consideram endividados, embora o comprometimento da renda varie de 31% a 60%, ou mais.” (DIAS et al, 2019, p. 2090).

Diante das informações apresentadas, é possível afirmar, que o nível de inserção, conhecimento e experiência em educação financeira dos estudantes universitários pode variar de instituição para instituição e, mesmo em relação ao nível socioeconômico e social a que pertence o estudante, indicando também outra importante variável, que considera que quanto mais cedo se tem acesso a oportunidades de desenvolvimento de uma educação financeira, melhor consolidada será no ensino superior.

Metodologia

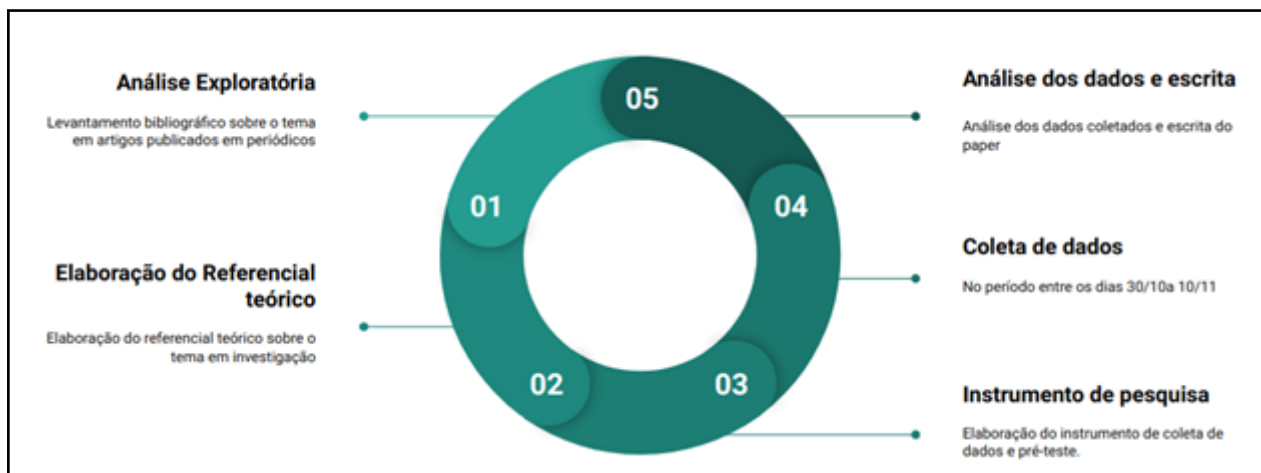
O conhecimento científico sobre a realidade se desenvolve a partir da perspectiva analítica sobre a realidade e os fenômenos que a compõem, tendo em vista consolidar visões de mundo. O presente estudo, possui caráter qualitativo, na perspectiva em que:

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.70)

Desta feita, a abordagem do presente estudo, está na busca pela compreensão da realidade e, de maneira específica, do fenômeno em tela, que é a percepção dos estudantes de ensino superior sobre a relevância da educação financeira como conteúdo e competência necessária ao seu pleno desenvolvimento pessoal e profissional. Nesse sentido aborda sobretudo, a compreensão dos significados da percepção dos sujeitos envolvidos no estudo, a saber, os estudantes de ensino superior em processo de formação.

O presente estudo seguiu as seguintes etapas: Análise exploratória da temática em fontes bibliográficas e estudos previamente desenvolvidos e publicados em periódicos científicos, elaboração de do referencial teórico e de instrumento de coleta de dados, seguida de seu pré-teste e aplicação por meio de formulário online <https://forms.gle/BrJLv512LDDqtKSK6> distribuído em grupos de estudantes universitários no Facebook entre os dias 30 de outubro e 10 de novembro de 2023. Por fim, aplicou-se à análise dos dados coletados a partir da discussão com a fundamentação teórica do estudo, no sentido de desvelar e explorar os significados das informações obtidas. Esse processo pode ser representado também por meio do seguinte gráfico:

Gráfico 1: Método da Pesquisa



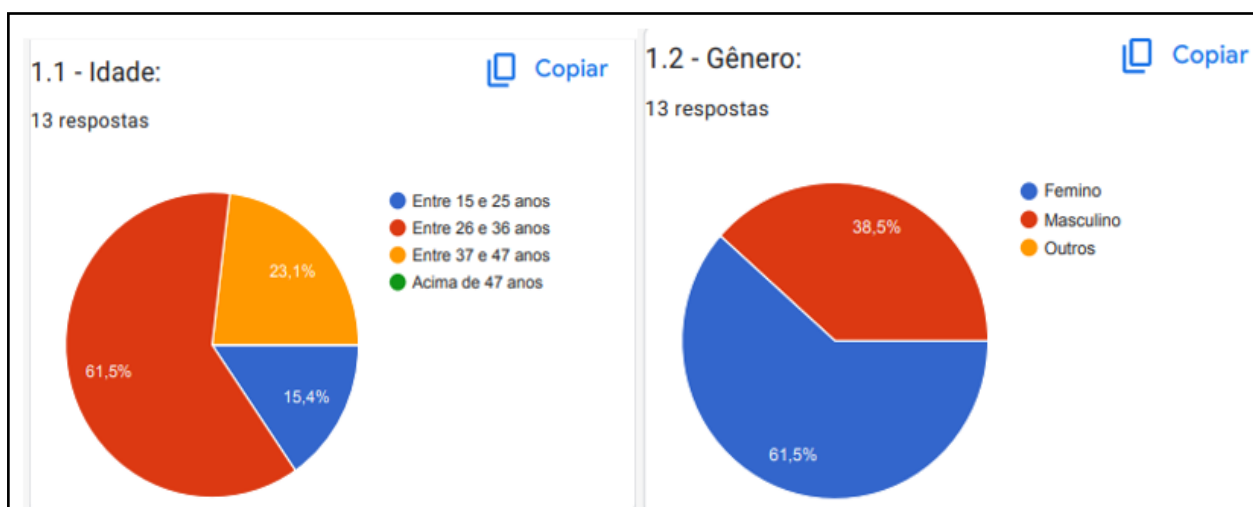
Fonte: Elaborado pelos autores

Resultados Encontrados e Discussão

Tendo em vista responder a pergunta de pesquisa proposta inicialmente e alcançar o objetivo proposto, foi realizada a elaboração de um questionário online utilizando a ferramenta google formulários. O referido questionário foi disponibilizado para coleta de respostas entre os dias 30 de outubro e 10 de novembro de 2023 em grupos de estudantes universitários na rede social Facebook. O objetivo foi obter respostas para a adesão do público. Desta feita, foram obtidas um total de 13 respostas dentro do período referido.

A respeito dos respondentes foram levantadas algumas informações para compreender o perfil dos sujeitos, tais como idade, gênero, curso superior que frequentam.

Gráfico 2: Identificação do Público alvo

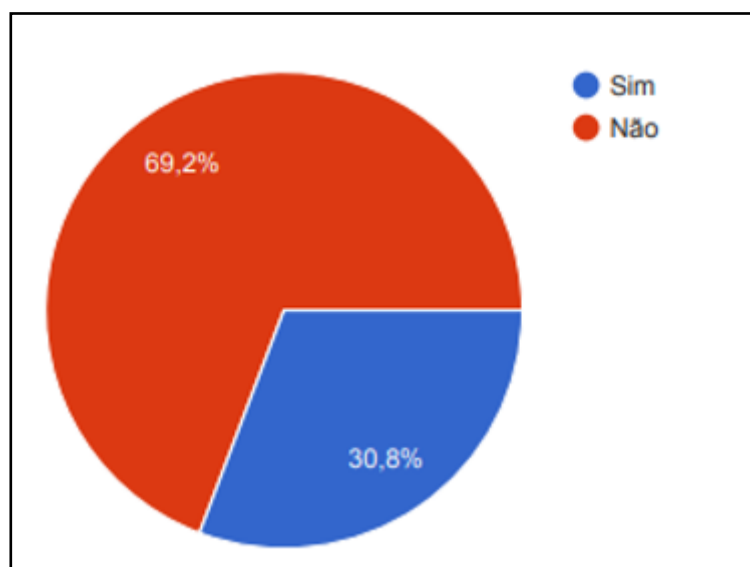


Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados revelam que a maioria da população que respondeu ao questionário está na faixa etária entre 26 e 36 anos (61%), seguido do público da faixa etária seguinte, entre 37 e 47 anos (23,1%). Já o público mais jovem, entre 15 e 25 anos, representou apenas 15,4% do público que respondeu ao questionário. Já no que se refere ao gênero foi possível observar que a maior parte do público que respondeu, pertence ao sexo feminino (61,5%), enquanto 38,5% eram do sexo masculino. Já em relação aos cursos em que os mesmos estavam inseridos apresentaram cursos como Ciências Econômicas (3), Gastronomia (1), Engenharia Elétrica (1), Biomedicina(1), Marketing(1), Fisioterapia (1), Farmácia (2), Pedagogia(1), Serviço Social (1), Enfermagem (1) e Recursos Humanos (1).

Foi questionado sobre experiências anteriores ao curso superior atual, envolvendo a educação financeira, cujo resultado é apresentado no dado que segue:

Gráfico 3: Experiência anterior de Educação Financeira

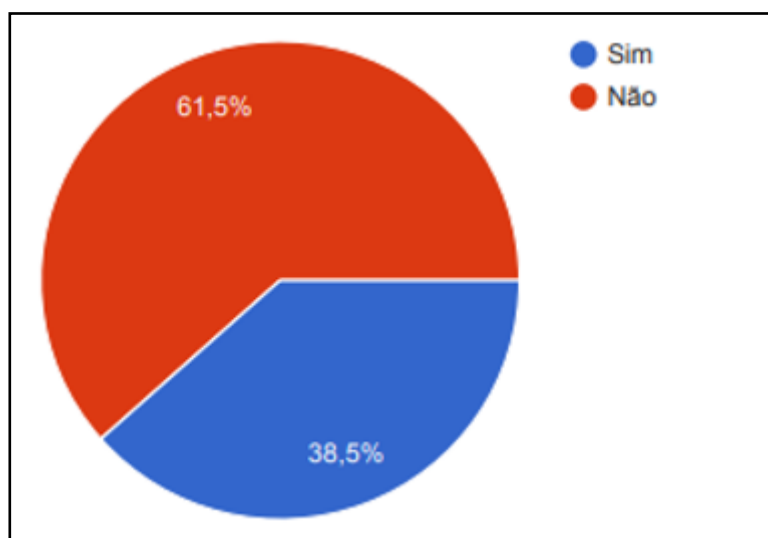


Fonte: Elaborado pelos autores

Considerando o gráfico apresentado anteriormente, foi observado que a grande maioria dos respondentes indicou que não passou por experiência anterior em educação financeira (69,2%), enquanto outros 30,8% indicaram já ter vivenciado algum tipo de experiência que contribuiu para o desenvolvimento de sua percepção de educação financeira. Entre essas experiências foram indicadas leituras de livros de autoajuda sobre o tema, um outro teve a oportunidade de trabalhar no mercado financeiro, ou ainda através de workshops e leituras de livros sobre o assunto e ainda em curso técnico em administração. Esses dados são bem relevantes para indicar o tipo de contato com a educação financeira ao longo da vida, dialogando com os resultados de outras pesquisas sobre o tema, conforme indicado no referencial teórico do artigo.

Quando questionados sobre as oportunidades oferecidas pelo curso superior em relação a discussão de tópicos relacionados à educação financeira.

Gráfico 4: Oportunidades de Educação financeira no curso

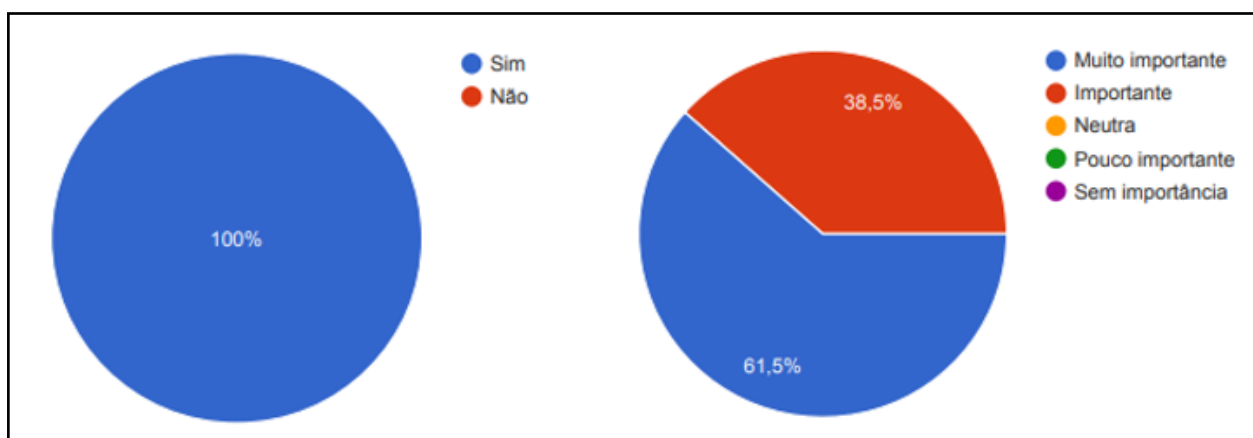


Fonte: Elaborado pelos autores

É possível observar pelo gráfico, que apenas 38,5% dos participantes identificaram alguma oportunidade oferecida pelo curso em que estão matriculados para aprofundar ou iniciar sua educação financeira, enquanto 61,5% dos participantes negou ter tido essa oportunidade. Observa-se ainda que ao indicarem os tipos de experiências vivenciados, estes 38,5% indicaram atividades como disciplinas específicas, como conteúdo interdisciplinar presente em várias disciplinas, como conteúdo específico em uma disciplina do curso, ou em programas de transferência de renda e outras atividades não especificadas ao longo do curso. Essa variação das respostas, pode se dever ao fato da grande variedade de cursos em que os estudantes estão inseridos, muito embora seja possível considerar uma temática relevante para qualquer área de formação.

As duas perguntas seguintes também podem ser analisadas conjuntamente, considerando que se referiram a como o estudante percebe a importância da educação financeira para seu exercício profissional futuro e se ter oportunidades de educação financeira pode impactar positivamente em sua vida pessoal e profissional, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir:

Gráfico 5: Percepção sobre a importância da educação financeira



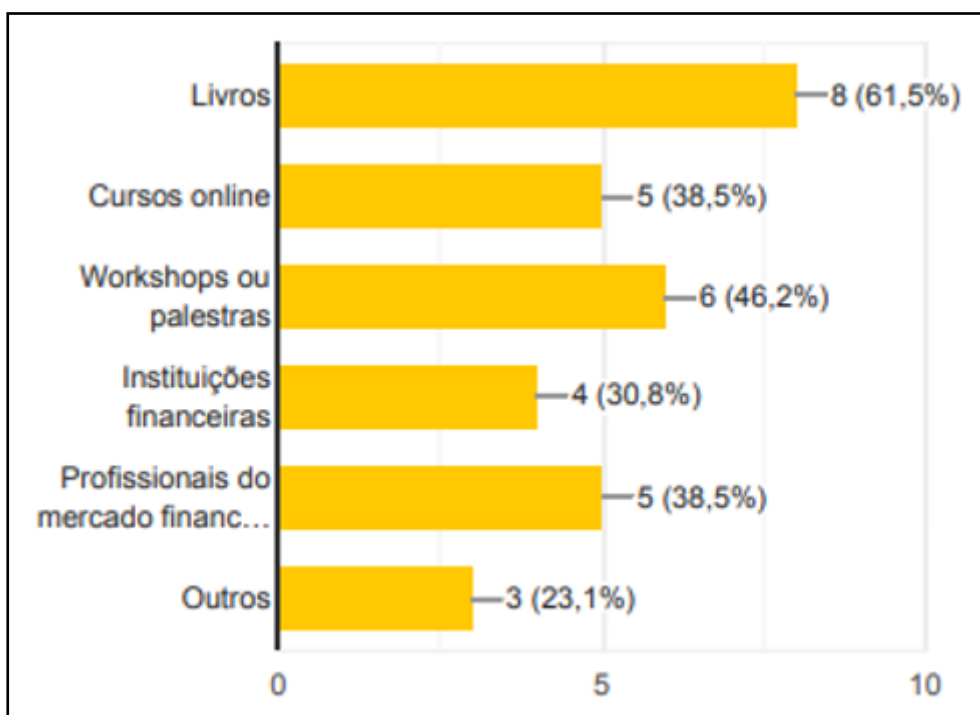
Fonte: Elaborado pelos autores

É possível observar pelos dados disponíveis no gráfico que a percepção dos respondentes é de que ter acesso a oportunidades para o desenvolvimento de competências para a educação financeira é muito importante para a tomada de decisões financeiras na vida pessoal e profissional, variando entre muito importante e importante quando a pergunta é sobre o exercício profissional decorrente do curso de ensino superior que frequenta atualmente.

Esse dado é muito importante por revelar que independente do curso escolhido, os estudantes têm a percepção de que ter uma educação financeira desenvolvida é fundamental para que tomem decisões financeiras melhores e mais eficientes em relação a suas carreiras profissionais ou vida pessoal, independente do curso, como é possível observar que o estudo apresenta uma grande variedade entre os cursos dos respondentes. Nesse sentido, os próprios respondentes indicaram por exemplo que não ter um bom nível de educação financeira pode acarretar o endividamento, falta de controle nos gastos, tomada de decisões equivocadas.

Considerando essa relevância na percepção dos sujeitos quanto a relevância da educação financeira em sua formação acadêmica, pessoal e profissional, foi solicitado que indicassem as principais fontes de acesso para informações financeiras, cujo relato pode ser resumido no gráfico a seguir:

Gráfico 5: Fontes de informação financeira



Fonte: Elaborado pelos autores

Como é possível observar no gráfico acima, e em diálogo com as respostas anteriores, em que foi possível delimitar a relevância da educação financeira. É possível observar que as fontes de informação utilizadas são bem diversas, considerando por exemplo, livros, cursos online, workshops, instituições financeiras estabelecidas, profissionais do mercado financeiro entre outros, em que se indicaram ainda a rede mundial de computadores, vídeos online disponibilizados na rede social YouTube, entre outras.

Dessa forma, a análise dos dados possibilitou indicar que o nível de percepção da relevância da educação financeira pelos estudantes de ensino superior é muito relevante, contudo os mesmos consideram que mais falta que possuem competências necessárias para as devidas tomadas de decisão financeira. Cabe discutir ainda que, muito embora seja considerado muito relevante para a formação acadêmica, profissional e pessoal e as consequências da sua ausência possam ser consideradas graves, ainda faltam oportunidades no ambiente universitário em termos de disciplinas, cursos complementares, dentre outros,

em que os estudantes possam aperfeiçoar-se nesse quesito, independente de sua escolha profissional, haja vista que são conhecimentos imprescindíveis a qualquer carreira profissional.

Conclusão

O presente estudo, pautou-se pela necessidade de compreender como é percebida pelos estudantes de ensino superior, a inserção em seu currículo de formação profissional, de cursos, disciplinas ou atividades relacionadas à educação financeira, tendo em vista sua aplicabilidade para a vida prática dos cidadãos, cuja definição é apresentada na legislação.

Desta forma, consideramos que alcançou seus objetivos propostos, em vista de que a pesquisa desenvolvida, tanto em seus aspectos bibliográfico como de campo indicaram que os estudantes têm uma percepção de que a educação financeira é imprescindível para a garantia de uma formação humana integral, dialogando os resultados obtidos com diferentes pesquisas desenvolvidas anteriormente, conforme indicado no referencial teórico.

O estudo contribui portanto, para desvelar os seguintes fatos: 1) a educação financeira é percebida como imprescindível a formação integral dos profissionais do futuro; 2) São poucas as oportunidades oferecidas neste sentido pelas Instituições de ensino superior no âmbitos de seus cursos, geralmente mais presentes apenas nos cursos das áreas de gestão e negócios, dialogando com os resultados de diferentes estudos e pesquisas sobre o tema. 3) Urge, que as universidades e instituições de ensino superior desenvolvam estratégias de formação e educação financeira ao longo dos currículos dos cursos de graduação.

Nesse sentido, consideram-se para pesquisas posteriores, a definição de estratégias de planejamento de atividades universitárias para a educação financeira em diálogo com as necessidades dos estudantes para sua formação inte-

gral para o ingresso no mercado de trabalho e exercício da cidadania. Outra oportunidade de pesquisa futura, diz respeito ao desenvolvimento de roteiros pedagógicos para a educação financeira no ensino superior e seus respectivos processos de avaliação.

Referências

CAMPOS, E. M. .; CONFESSOR, K. L. A. .; AMORIM, B. P. Discussions of financial education among higher education students of the administration, accounting and economic sciences courses of two Public Universities. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 13, p. e504111335705, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.35705. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35705>. Acesso em: 12 nov. 2023.

DIAS, C. D. O.; ARENAS, N. C. D. S.; ARENAS, M. V. D. S.; SILVA, R. M. P. D. Perfil de educação financeira dos acadêmicos dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de uma instituição federal de ensino superior brasileira/ Profile of financial education of academics of accounting science, administration and economy of a brazilian higher education institution. *Brazilian Applied Science Review*, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 2190–2211, 2019. DOI: 10.34115/basrv3n5-022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/3986>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FRANKLIN, Benjamin. *The Works of the Late Dr. Benjamin Franklin: Consisting of His Life Written by Himself Together with Essays Humorous, Moral, & Literary, Chiefly in the Manner of the Spectator*. United States: Gale Ecco, 10 jun. 2010. 572g. ISBN 9781170896426.

KIYOSAKI, Robert T. *Pai Rico, Pai Pobre - Edição de 20 anos atualizada e ampliada: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro*. Edição Português. Alta Books, 2018. 336 p.

LEAL, S. C.; VIEIRA DOS SANTOS, D.; COSTA, P. de S. Perfil de Educação Financeira dos Discentes de Graduação e Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior Brasileiras. *Revista de Casos e Consultoria*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e11134, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/23191>. Acesso em: 12 nov. 2023.

LIZOTE, S.A.(2017). Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma Instituição de Ensino Superior.**Revista da UNIFE-BE**,1(19), 71-85, 2017.

MORAIS, D. M. G. de .; MARTINEZ , B.; MARTINS, C. .; MAUCH , J. .; ROSA , L. S. . A Educação Financeira no Ensino Superior: Um Estudo das Principais Abordagens Educacionais e a Concepção de uma Proposta Pedagógica Inovadora. **Revista de Casos e Consultoria**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e24142, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/24142>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOBRE OS AUTORES

Ana Cristina Sousa de Jesus

Professora da rede estadual de Aparecida de Goiânia - GO, graduação em Letras pela Universidade Estadual de Goiás, Pós Graduada em Tecnologias em Educação- PUC. E-mail: anacristinaprofe43@gmail.com

Bruna Santos Araújo

Assistente de aluno na rede estadual de Rondonópolis, Tecnóloga de Alimentos pela IFMT-MT. E-mail: bruna.araujoc14@gmail.com

Everton Lüdke

E-mail: everton.ludke@ufsm.br

Fábio Barbosa de Lima

Doutor (2019) e mestre (2012) em Letras – Língua Espanhola pela FFLCH-USP. Docente efetivo no Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da USP, onde ministra as disciplinas Metodologia do Ensino de Língua Espanhola I e II na Licenciatura em Letras-Espanhol. Atualmente é presidente da Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo (APEESP) no biênio 2022-2024.

E-mail: fblima@usp.br

Luis Carlos Ribeiro Alves

Administrador Público (UECE) e Contador (Uniassevi), Mestre em Educação (USAL/UFPE) e doutorando em Educação (CUMC) Bolsista Capes como professor formador I para o curso de Administração Pública.

Maria Aparecida Fortunato

Formação em Biblioteconomia. Maria Aparecida Fortunato.

E-mail: fmariaaparecidafortunato@yahoo.com

GESTÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR:

CONSTRUINDO E DEBATENDO

A EDUCAÇÃO PÚBLICA



www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952